

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

HELLIENE SOARES CARVALHO

**NEOINSTITUCIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DE
PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NAS ORGANIZAÇÕES: estudo de
caso no segmento de comércio exterior**

**VITÓRIA
2010**

HELLIENE SOARES CARVALHO

NEOINSTITUCIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NAS ORGANIZAÇÕES: estudo de caso no segmento de comércio exterior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Valcemiro Nossa.

VITÓRIA
2010

HELLIENE SOARES CARVALHO

NEOINSTITUCIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NAS ORGANIZAÇÕES: estudo de caso no segmento de comércio exterior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 19 de Novembro de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profº Dr. Valcemiro Nossa
FUCAPE Business School**

**Profª Drª Graziela Xavier Fortunato
FUCAPE Business School**

**Profº Dr. Eloisio Moulin
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

AGRADECIMENTOS

A Deus por seus exemplos e ensinamentos que me inspiram a ter coragem para enfrentar e aprender com as dificuldades e saborear as vitórias que conquistamos durante nossas vidas.

A minha Mãe, Maria Graciosa Soares - Dona Graça, “um anjo bom” que tão carinhosamente partilha comigo cada expectativa vivenciada neste importante aprendizado que foi o Mestrado. Muitas ausências foram sofridas, mas seu companheirismo e fidelidade são preciosos em minha vida: Você é um presente de DEUS. Guardo seus gestos de amor em meu coração. Tem especial significado em minha vida. Em especial dedico esta Vitória, a DEUS e a VOCÊ!

Ao meu Pai, Jamil Carvalho, que tantas vezes, carinhosamente, se mostrou presente e incentivou esta e outras tantas conquistas em minha vida. Obrigada Pai.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo incentivo e por entenderem a minha ausência.

Ao meu esposo pelo estímulo, inspiração, compreensão, força, carinho e especial colaboração para os trabalhos de pesquisa, leitura e correção, além de entender minha ausência. Obrigada Marido - Marcel da Glória Pereira.

Aos demais familiares, meus irmãos, esposas e sobrinhos, Heldher e Andressa, Hedelson e Rhenata, sobrinhas e demais familiares com os quais convivo mais intensamente, pelo incentivo.

Aos meus tios e tias, em especial Tia Penha, que muito incentivou, orou e dedicou seu carinho para que eu alcançasse este importante resultado.

Aos meus sogros e pais D. Yvonne e Senhor Natalino, pelo carinho dedicação, atenção e estímulo. Aos cunhados e demais familiares pelo carinho especial e estímulo.

Aos meus alunos e parceiros que incentivaram e torceram pelo sucesso deste importante passo em minha vida educacional e profissional.

Aos meus colegas de aprendizado: Rosana, Mara, Gabriel. Vocês jamais serão esquecidos.

Ao Presidente do SINDAEES – Sr. Kleber Brandão – Presidente e esposa Clébia Petenne, pelo carinho, acolhida e apoio à pesquisa.

Aos meus orientadores Prof^o Dr. Valcemiro Nossa pela atenção e generosidade ao compartilhar conhecimentos e atenção à construção desta dissertação e ao Prof^o Dr. Eloísio Moulin pelas importantes contribuições oferecidas em debates e direcionamentos que contribuíram para que eu pudesse formar um senso crítico mais apurado sobre o tema pesquisado.

Aos profissionais da FUCAPE que sempre contribuíram cada uma à sua forma, de acordo com seu profissionalismo, oferecendo sua atenção e empenho para que cada etapa desta jornada do mestrado fosse cumprida com êxito.

Aos médicos Dra. Geruza Rios e Dr. Gustavo Martinelli pela atenção e dedicação.

À banca de qualificação e defesa constituída pelos professores doutores Valcemiro Nossa (Orientador), Graziela Xavier Fortunato e Eloísio Moulin. Suas contribuições foram imprescindíveis e apuraram meu entendimento sobre o tema.

A todos vocês meu respeito e agradecimento.

“A vida está cheia de desafios que, se aproveitados de forma criativa, transformam-se em oportunidades”.

(Maxwell Maltz)

RESUMO

Esta pesquisa buscou identificar, numa perspectiva macrossocial, as fases de institucionalização das práticas socioambientais em ambientes organizacionais. As construções teóricas trabalhadas na teoria neoinstitucional colaboraram para a compreensão de circunstâncias que envolvem os gestores ao enfrentarem o impasse entre ceder ou oferecer resistência às pressões recebidas do mercado, sociedade, governo e de seu próprio segmento para a institucionalização da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental no segmento de comércio exterior – Despacho Aduaneiro do Estado do Espírito Santo. O referencial teórico desta pesquisa contextualizou a teoria neoinstitucional, suas fases e processos isomórficos. Trata-se de uma pesquisa empírica, com abordagem qualitativa, adotando como método de investigação o estudo múltiplo de casos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, observação assistemática e análise de documentos. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para o tratamento das informações e percepções resultantes da coleta de dados. Esta análise permitiu a esta pesquisa afirmar que adoção de práticas socioambientais neste segmento está na fase de habituação e que há um ambiente propício à progressão das fases de institucionalização das práticas de gestão socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro.

Palavras-chave: Teoria Neoinstitucional. Decisões Gerenciais. Gestão Socioambiental.

ABSTRACT

This research aims to know the institutionalization phases of social and environmental practices in organizational environments from a macro-social perspective. The theoretical approaches used by the neo-institutional theory collaborated for the understanding of managers' environmental circumstances when facing the challenge of resisting or abiding to market, society, government or industry pressures to institutionalize social and environmental responsibility practices within the segment of foreign trade – and specifically in the segment of freight forwarding within the Espírito Santo State. The theoretical referential of this research contextualized the neo-institutional theory, its phases and isomorphic processes. This is an empiric work with a qualitative approach which adopted the multiple case study as a method of investigation. The data was collected through interviews, non-systematic observation and document analysis. The technique of content analysis was used for the treatment of information and perceptions resulting from data collection. This analysis has led to the conclusion that the adoption of social and environmental practices in this segment is under a introductory phase and there is a favorable environment for progress into further levels of institutionalization of social and environmental practices in the segment of foreign trade and specifically in the segment of freight forwarding.

Keywords: New Institutionalism. Decision Management. Environmental Management.

LISTA DE SIGLAS

BSR – *Bussiness for Social Responsibility* - Principal entidade mundial na área de responsabilidade social. Reúne 1.600 empresas que representam um faturamento total em torno de US\$ 1,5 trilhão em 1999

ES - Estado do Espírito Santo

FEADUANEIROS - Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros

FPSA - Funcionários de Programas de Responsabilidade Socioambiental

GPSA - Gestores de Programas de Responsabilidade Socioambiental

IDEA - Informativo do Despachante Aduaneiro

ISO - International Organization for Standardization

LO - Líder da Organização do Sindicato

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no Brasil

MMA - Ministério do Meio Ambiente no Brasil

NIS - Neoinstitucionalismo Sociológico

ONG - Organização Não Governamental

PGSA - Programa de Gestão Socioambiental

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo

SINDACEES - Sindicato dos Despachantes Aduaneiros e Comissárias do Estado do Espírito Santo

SINDAEES - Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Espírito Santo

SINDIEX - Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Estado do Espírito Santo

SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - O NOVO E O VELHO INSTITUCIONALISMO	26
QUADRO 2 - RSC E PARCEIROS INTERESSADOS.....	35
QUADRO 3 - EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	45
QUADRO 4 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 DAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS.....	16
2.2 DA VISÃO INSTITUCIONAL À VISÃO NEOINSTITUCIONALISTA	21
2.3 A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A QUESTÃO NEOINSTITUCIONAL EM AMBIENTES CORPORATIVOS	31
3 METODOLOGIA	42
3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	42
3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	43
3.3 TÉCNICAS E DELIMITAÇÕES DA COLETA DE DADOS	45
3.4 O PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS	49
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	51
4 O SEGMENTO DE COMERCIO EXTERIOR – DESPACHO ADUANEIRO DO ES:	53
4.1 O SEGMENTO DE DESPACHO ADUANEIRO NO ES.....	53
4.2 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	56
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	60
5.1 O ESQUEMA CONCEITUAL DA ANÁLISE DE DADOS	60
5.2 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS	61
5.2.1 Das empresas participantes da Pesquisa	61

5.2.2 O neoinstitucionalismo e as praticas socioambientais no Segmento em estudo.....	65
5.2.3 Estágio de Institucionalização da adoção de práticas socioambientais no segmento de Despacho Aduaneiro /ES.....	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6.1 TEMAS INVESTIGADOS E PRINCIPAIS DESCOBERTAS.....	71
6.2 LIMITAÇÕES, SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS E CONTRIBUIÇÕES.....	74
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS LÍDERES DAS ORGANIZAÇÕES.....	84
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES E FUNCIONÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES.....	85
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE ACESSO PARA A PESQUISA	86
ANEXO D - CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	87

1 INTRODUÇÃO

Estudos como o de Meyer e Rowan (1977) permitem vislumbrar as variações dos níveis de institucionalização de práticas gerenciais e como tais variações afetam o grau de similaridade entre os conjuntos de organizações. Isso permite oferecer aos líderes organizacionais uma visão da internalização, aprovação e aceitação das estratégias adotadas no contexto organizacional.

Segundo Zucker (1988), o estudo da Teoria Institucional permite vislumbrar o fenômeno do institucionalismo evidenciando os efeitos da institucionalização e seus estágios.

No segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro a adoção de práticas socioambientais é observada, mas não está claro em que estágio de institucionalização se encontra esta prática, principalmente nas empresas localizadas no Espírito Santo.

Neste sentido, adotou-se como objetivo geral desta pesquisa investigar qual é a fase de institucionalização da implantação de práticas de gestão socioambiental nas organizações atuantes no segmento de comércio exterior.

Segundo Starkey e Madan (2001, apud KIRSHBAUM; PORTO; FERREIRA, 2004, p. 8), “a academia atinge sua efetividade máxima quando conduz pesquisas que o setor privado é incapaz ou indisposto a fazer”.

Esta pesquisa justifica-se por oferecer como contribuição para o meio empresarial uma reflexão sobre o contexto em que se institucionalizam práticas gerenciais, oferecendo elementos para evidência dos seus estágios de institucionalização e permitindo também conhecer as pressões sofridas pelas

instituições por parte de seus clientes, mercados consumidores, instituições financiadoras de recursos, outras instituições do mesmo segmento, parceiros nacionais e internacionais para a formação de processos isomórficos.

Segundo DiMaggio e Powell (1983) processos isomórficos evidenciam-se, em sua abordagem sobre o neoinstitucionalismo, em três grupos sociais: coercitivos, miméticos e normativos. Visam construir um perfil de atuação dos atores sociais em torno de regras, comportamentos, normas e legislações que aproximam organizações e seus colaboradores para um perfil homogêneo de atuação.

Para o meio acadêmico a pesquisa oferece a oportunidade de reconhecer os mecanismos isomórficos estudados pela teoria neoinstitucional evidenciando-os no campo de pesquisa (SCOTT, 2008).

O conceito de institucionalização no cenário da teoria institucional é bastante próprio e não se refere à organização como instituição, mas sim às práticas e comportamentos que tem sua origem nas práticas sociais e também simbólicas que assumem caráter definitivo em cenários como o meio ambiente da organização, assumindo a posição de regramento formal ou informal entre organizações ou pessoas que internalizam esta prática como uma norma social necessária e legitimada, portanto aceita, internalizada e adotada como regra (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Para a evidenciação prática do contexto teórico construído, escolheu-se observar a adoção de gestão socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro no estado do Espírito Santo. Esta estratégia embora adotada em algumas instituições deste segmento se comprovou durante a pesquisa, que se trata de uma prática ainda em fase de habituação neste segmento, considerando as três fases de institucionalização propostas por Tolbert e Zucker (1997).

Afirma-se que esta fase de habituação encontra no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro encontra ambiente propício à continuidade do processo de institucionalização quando se observa o crescimento da dinâmica de pressões coexistentes no segmento para a formação de processos isomórficos mimético, coercitivo ou normativo, propostos por DiMaggio e Powell (1983, 1991).

Estas pressões as quais estão sujeitos líderes e corporações do segmento pesquisado são exercidas por parte de seus clientes, instituições financeiras, líderes que trouxeram suas experiências de outros segmentos onde esta prática era institucionalizada, além do *benchmarking*, reconhecido como um tipo de isomorfismo mimético que surge como uma forma de pressão do próprio segmento para que as organizações se tornem cada vez mais homogêneas e adotem práticas gerenciais similares, como no caso da gestão socioambiental (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Para estruturação metodológica este trabalho adotou o método de pesquisa empírica, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada a partir do processo de entrevistas individualizadas trabalhadas com o apoio de roteiro semi-estruturado, observação assistemática e estudo de documentos disponibilizados (MINAYO; GOMES; GOMES, 2009).

Foram investigadas as empresas inscritas no Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Espírito Santo (Sindaees) atuantes no desembaraço da tramitação do despacho aduaneiro, bem como, foram consultadas estatísticas disponibilizadas pelo MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio do Brasil sobre o desempenho brasileiro do segmento de comercio exterior - despacho aduaneiro.

Nas empresas participantes da pesquisa foram entrevistados gerentes e colaboradores que atuam ou não em programas socioambientais. A estratégia de pesquisa foi a do estudo de múltiplos casos de natureza descritivo-analítica.

Outro aspecto relevante foi a estreita relação do tema pesquisado com a intenção dos próprios despachantes aduaneiros em conhecer a fase de institucionalização da gestão socioambiental em seu segmento, pois não há nenhum estudo conhecido ou disponibilizado sobre o tema no estado do Espírito Santo, embora se possa evidenciar a prática de ações socioambientais em algumas organizações.

O trabalho de pesquisa está capitulado em três fases, além da introdução. O segundo capítulo trata do referencial teórico, o terceiro capítulo apresenta a metodologia e o último capítulo apresenta as considerações finais, análise dos dados, conclusão e sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da teoria institucional neste trabalho apresenta um breve comentário sobre estudos relativos a teorias organizacionais e a formação do pensamento administrativo a partir da transição entre a visão funcionalista e a visão institucionalista embasado, epistemologicamente, nas contribuições científicas oferecidas por pesquisadores dedicados ao conhecimento da teoria institucional.

2.1 DAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

As teorias organizacionais ao longo da história buscaram, entre outros aspectos, conhecer e verificar os fenômenos e as vertentes que compõem o pensamento administrativo trazendo contribuições que auxiliaram na compreensão do comportamento das organizações e seus atores em sua vivência prática na realidade organizacional (CLEGG; HARDY; NORD, 1998).

Motta e Vasconcelos (2006) afirmaram que o pensamento administrativo surgiu a partir da consolidação das estruturas burocráticas no processo de modernização visando auxiliar as pessoas na estruturação de seus processos produtivos organizacionais, com olhos voltados para o aumento de lucratividade.

Essa tendência para a organização, com foco nas estruturas burocráticas da vida em grupo e de seus processos é verificada desde a civilização suméria, egípcia e chinesa (DURANT; DURANT, 2003).

A partir da revolução industrial o homem dedicou seus estudos no campo organizacional para a definição, mecanização, burocratização e modernização de procedimentos que pudessem trazer maior eficiência e eficácia aos processos

produtivos e que resultassem no aumento da lucratividade, creditando maior importância aos processos do que ao ser humano no contexto organizacional (MORGAN, 1996).

A influência da burocracia permitiu ainda que estudiosos desenvolvessem análises sobre o contexto da institucionalização de normas, processos decisórios e suas consequências para o meio ambiente organizacional, admitindo-se a influência de múltiplos fatores, tais como: a existência de estruturas, normas e regras formalizadas ou não, além da existência de conflitos que são fatos relevantes para a elaboração, implantação, execução e resultados de modelos gerenciais (PECI; VIEIRA, 2005).

Admitindo que múltiplos fatores concorram para o sucesso de modelos gerenciais, a observação do comportamento humano, das estruturas, pressões sociais e práticas construídas tornam-se importantes fontes de informações para o entendimento de práticas sociais que emergem a partir de normas e comportamentos institucionalizados. Estes comportamentos aceitos como normas ainda que sejam informais, são indícios dos estágios da institucionalização de práticas sociais que são estes: habituação, objetivação e sedimentação (TOLBERT; ZUCKER, 1997).

O estágio da habituação, primeiro estágio de institucionalização, demonstra do caráter simbólico de aceitação e discussão sobre o tema que ainda está em processo de observação e monitoramento pelos demais participantes do campo organizacional em questão. Na fase da objetivação, estágio intermediário entre a habituação e a sedimentação observa-se a legitimação, aceitação e internalização da ação social que no primeiro momento assumiu caráter simbólico. Já na fase de sedimentação a prática social que assume caráter de permanência, realidade

constante e freqüente torna-se uma prática social consolidada e tende ao fortalecimento e aumento da legitimação entre os diversos atores sociais (CLEGG; HARDY; NORD, 1998).

Afirmam Senge et al. (2004) que a imprevisibilidade é um dos contextos que favorecem a institucionalização de uma prática social por oferecer uma opção considerada bem aceita e portanto uma opção menos polêmica do que o enfrentamento de uma prática social nova e não internalizada.

Revisitando os nortes que influenciaram a construção do pensamento administrativo a partir das teorias organizacionais, escolhe-se como marco inicial o contexto de formação do cenário capitalista onde se observa a transição do pensamento clássico absolutista para a proposta dos filósofos considerados liberais e suas considerações sobre o fenômeno do surgimento de novas classes sociais em razão da luta e conquistas do liberalismo.

Nessa época, o cenário político e econômico tinha como um dos principais destaques o desempenho dos Estados Unidos da América que canalizaram economicamente suas riquezas destacando-se nos séculos XIX e XX como maior potência econômica do planeta. Sua produção atingia o patamar de um terço do produto industrial bruto mundial e as pesquisas sobre a teoria da administração científica, segundo Taylor (1911) nos EUA e Fayol (1949, apud MOTTA; VASCONCELOS, 2006) na França, lideravam as tendências das empresas que se voltavam para a melhoria de suas técnicas operacionais e burocráticas. Neste mesmo sentido Kuniyoshi (2008, p. 53):

dimensões relacionadas ao desenho organizacional e a importância da seleção de pessoas que apresentassem um perfil adequado para a execução de tarefas que fortaleciam a proposta de burocratização quando propunham substituir os sistemas tradicionais por estruturas que garantissem maior foco na melhoria dos processos.

Em segmento aos estudos de Taylor (1911) e Fayol (1949), surge a escola das relações humanas apresentando experiências como os estudos de *Hawthorne* (MAYO, 1933), onde se observa o interesse pela organização informal ou humanística que admitia a importância de dimensões como a estratégia, recompensa, estrutura e cultura organizacional.

[...] o destino do ser humano é evoluir e buscar a autonomia de pensamento. O ser humano autônomo é reconhecido como um ser capaz de analisar informações, dar sentido a elas e encontrar soluções, aprendendo com suas experiências e sendo capaz de formular um pensamento próprio (HERZBERG, 1959, apud MOTTA; VASCONCELOS, 2006, p. 331).

A partir das tímidas contribuições oferecidas pela escola das relações humanas o estímulo e a motivação começaram a ser considerados fatores relevantes para o contexto da atuação humana em ambiente organizacional. Sobre a importância do aspecto motivacional Argyris (1982) afirmou que o tema é representativo para a melhoria das relações que existem entre os atores no contexto organizacional, reforçando também uma nova visão não determinista sobre o comportamento humano.

Cohen et al. (1972) também aprofundaram seus estudos na tentativa de verificar, por um viés fenomenológico, quais eram os elementos que formavam, dentro da proposta de considerar a importância dos fatores motivacionais em ambiente organizacional, a importância de conhecer e promover a satisfação de um indivíduo. Esses estudiosos ratificaram a influência de acontecimentos do passado e presente nas escolhas que compõem as decisões dos líderes nas organizações.

Sob a influência do ambiente organizacional atores sociais em situação de imprevisibilidade, segundo Hirschman (2002), podem adotar comportamentos diferentes dos costumeiros que levando-os a assumir uma decisão que em situações previsíveis, não assumiriam.

A partir de 1960 o meio ambiente institucional passou a ser foco de pesquisas mais profundas no contexto das teorias organizacionais. Os autores Burns e Stalker (1961, apud SACOMANO NETO; TRUZZI, 2002) propuseram uma divisão dialética sobre meio ambiente organizacional, onde dois tipos de organizações são idealizados para fins de estudos: uma organização mecânica, outra organização orgânica, onde o maior ou menor grau de institucionalização depende do maior ou menor grau de interiorização de normas e regras.

A primeira – mecânica, compreende a forma de atuação institucional que considera relevante o meio ambiente organizacional e sua maior influência de normas e organogramas entre os diversos setores horizontais em um ambiente mais estável. A segunda organização do tipo orgânica, mais freqüentemente foi observada num meio ambiente mais turbulento, onde a concorrência é bastante acirrada além do alto nível de inovação (SELZNICK, 1996).

A disparidade entre o maior ou menor grau de institucionalização, segundo Goldner (1954, apud DIMAGGIO; POWELL, 1983), é propícia ao surgimento dos efeitos disfuncionais, que são observados quando uma lógica estrategicamente prevista não é seguida. Em cenário de efeitos disfuncionais presume-se que a organização tende a desempenhar um papel de ator passivo em face das exigências e imposições do campo organizacional onde atua. Desta forma a institucionalização é fruto de um processo onde os indivíduos interagem na construção das práticas sociais mas não determinam o curso da habituação, objetivação ou sedimentação destas práticas sociais.

Os autores Pfeffer e Salancik (1978) apresentaram também a teoria da dependência de recursos que propôs uma discussão sobre a teoria da organização ativa e a organização passiva. Nesta teoria, a organização que constrói, ou ativa, é

aquela que exerce influência sobre seu meio ambiente de negócios mesmo competindo em segmentos com alto índice de institucionalização. Já a organização passiva é aquela que persuadida pelas forças que atuam em seu campo organizacional submete-se às normas impostas.

Selznick (1996), estudioso sobre o tema teoria institucional, no intuito de interpretar o comportamento das organizações propõe um cenário em que a organização é assumida como uma expressão estrutural da ação racional sujeita às pressões do ambiente social assumindo a forma de sistema orgânico que possibilita a estruturação de arranjos institucionalizados.

2.2 DA VISÃO INSTITUCIONAL À VISÃO NEOINSTITUCIONALISTA

Segundo as definições de Selznick (1972), considerado por autores como DiMaggio e Powell (1983) e também Meyer e Rowan, (1977) como o precursor da teoria institucional, esta teoria pode ser definida como “o produto natural das pressões e necessidades sociais — um organismo adaptável e receptivo”. Neste sentido assume-se que as organizações tornam-se instituições quando assumem caráter especial e competências singulares (SELZNICK, 1972, p.5).

Selznick (1972, p.120) afirmou que “termos instituição, caráter da organização e competência distintos todos se referem ao mesmo processo básico - a transformação de um ordenamento técnico [...] em um organismo social”.

Segundo Rosseto e Rosseto (2005, p.5) na teoria institucional as organizações assumem duas dimensões relativas ao seu ambiente organizacional que são a técnica e a institucional. O ambiente organizacional técnico identifica-se com a troca de bens e serviços enquanto o ambiente institucional pressupõe “o

estabelecimento e a difusão de normas de atuação, necessárias ao alcance da legitimidade organizacional”. Neste sentido “o ambiente institucional deve ser entendido como um rico contexto que compreende o ambiente técnico ampliado ao domínio do simbólico”. Portanto o isomorfismo pressupõe “que as organizações respondem de maneira similar a outras organizações que estão de alguma forma ajustadas ao ambiente”.

O ambiente técnico caracteriza-se pela troca de bens e serviços, enquanto o ambiente institucional conduz o estabelecimento e a difusão de normas de atuação, necessárias ao alcance da legitimidade organizacional. Deste modo, organizações submetidas à pressões do ambiente técnico e do ambiente institucional são avaliadas, respectivamente, pela eficiência e pela adequação às exigências sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999, p. 113).

Importante esclarecer no estudo da teoria institucional o conceito de instituição. Segundo Prates (2000, p.91) o conceito de instituição na Teoria Institucional:

[...] embora não havendo clareza conceitual no que diz respeito ao que definitivamente são instituições, o termo se refere à idéia de valores e normas sociais estáveis que impõem restrições alternativas de ação ou estabelecem ‘scripts’ e rotinas comportamentais adequadas a contextos específicos de ação social.

A institucionalização relaciona-se na teoria institucional “[...] à continuidade histórica das tipificações e, em particular, à transmissão das tipificações aos novos membros que não tendo conhecimento das suas origens estão aptos a tratá-las como dados sociais” (TOLBERT; ZUCKER, 1997 apud CLEGG; HARDY; NORD, 1999, p. 205). Desta forma no caso de arranjos institucionais as organizações e seus atores tendem ao cumprimento das mesmas determinações porque tais comportamentos se tornaram aceitos e portanto aptos ao início do seu processo de institucionalização.

Em continuidade a este conceito muito próprio da teoria institucional, o processo de institucionalização se desenrola, historicamente, algumas vezes de forma mais rápida; outras vezes, acontece de forma normal ou lenta e é sustentado pela legitimidade de seus elementos constituintes respeitando o tempo particular dos processos de institucionalização internos ou externos de cada organização, sua cultura, hábitos e características particulares (BERGER; LUCKMANN, 2005).

No Brasil os estudos referentes à teoria institucional seguem direcionamentos que apontam para perspectivas consideradas centrais, segundo Carvalho, Vieira e Goulart (2004, p.6), a saber:

muito recentemente, alguns trabalhos têm procurado esse caminho, seja apresentando as contribuições da perspectiva institucional em suas três vertentes (CARVALHO; VIEIRA, 2003), explorando vertentes dentro da própria abordagem neoinstitucional da corrente sociológica (ANDRADE; MESQUITA, 2003), buscando a conversação com outras abordagens (VIEIRA; MISOCZKY, 2003), refletindo sobre a interação paradigmática (MISOCZKY, 2003), ou ainda alertando para as limitações da teoria no que se refere à abordagem de campos, uma de suas categorias centrais (VIEIRA; CARVALHO, 2003).

Segundo a interpretação das autoras Tolbert e Zucker (1997, 204) “são três as fases do processo de institucionalização: habituação, objetivação e sedimentação”. Afirmam também Tolbert e Zucker (1997, p.204) os “fluxos organizacionais para organizações formais” considerando as análises oferecidas por Berger e Luckmann (1989) referem-se a comportamentos empiricamente desenvolvidos e adotados por um ator ou grupo de atores a fim de resolver problemas recorrentes. A disseminação deste comportamento social em processo de habituação acontece com a “objetivação que é a difusão de dada estrutura para outra organização e depende de que outras organizações já tenham experimentado aquele modelo previamente”.

O processo de objetivação se desenvolve a partir de certo grau de consenso social entre os líderes da organização na contextualização sobre o valor da estrutura e a crescente adoção por seus pares com base nesse consenso (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Segundo as autoras Tolbert e Zucker (1997), duas fontes de consenso devem ser consideradas no processo de institucionalização, pois exercem papel relevante neste contexto: monitoramento e teorização. Na teorização as organizações discutem e entendem processos internalizando conceitos, opiniões e demais informações sobre a prática social que está em fase de institucionalização. No monitoramento as organizações podem utilizar evidências que surgem de fontes diversas e tem como objetivo a avaliação dos riscos de adoção da nova estrutura. Em processos institucionais a fase de objetivação representa a consequência do monitoramento que a organização faz dos competidores considerando também os esforços para aumentar sua competitividade relativa.

Cunha e Bandeira-de-Mello (2004, p. 159) sustentam que a organização, ao atuar sob normas compartilhadas num campo, “[...] pode conseguir reconhecimento externo e assegurar o seu desenvolvimento criando melhores oportunidades de expansão por meio da maximização de sua capacidade de obtenção de recursos e de adoção de possíveis inovações”. Sendo assim manter-se dentro de um campo organizacional, segundo estes autores, é vantajoso.

A busca pela legitimidade nas organizações pode ser entendida como um comportamento que é imposto ou incentivado por interessados em construir uma política de gestão similar a um grupo. Esta política de gestão visa facilitar processos como o controle, a implantação de produtos ou serviços, o acesso a recursos

disponíveis num determinado setor, fortalecimento de lideranças, entre outros (MELO; OLIVEIRA, 2003).

A partir das definições sobre a teoria institucional surgem as contribuições de autores considerados os pais do Neoinstitucionalismo, a saber, DiMaggio e Powell (1983, 1991, 2005), com a edição do livro e reedição de artigos científicos com o tema , “A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais” oferecendo como principal contribuição a divisão dialética entre o velho e o novo institucionalismo ou neoinstitucionalismo.

Segundo Hall e Taylor (2003, p.193), existem três métodos de análise diferentes que conduzem também à interpretações diferenciadas sobre o tema neoinstitucionalismo.

Uma grande parte da confusão que cerca o neoinstitucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitua uma corrente de pensamento unificada. Ao contrário, pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de “neoinstitucionalismo”, apareceram de 1980 em diante. Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico [...] Em princípio seria possível identificar uma quarta escola, o “neoinstitucionalismo” em Economia. No entanto, ele teria muito em comum com o institucionalismo da escolha racional.

Neste trabalho, privilegia-se o estudo do institucionalismo sociológico que apresenta como marco referencial a discussão proposta por DiMaggio e Powell (1983).

A divisão dialética de dimensões propostas sobre o novo e velho institucionalismo oferecida por DiMaggio e Powell (1983,1991) está mencionada no Quadro 1.

Dimensões	Velho Institucionalismo	Novo Institucionalismo
Conflito de interesses	Central	Periférico
Fonte de inércia	Interesses	Imperativo da legitimação
Ênfase estrutural	Estrutura Informal	Papel Simbólico da estrutura formal
Imbricação organizacional	Comunidade local	Setor, sociedade
Natureza da imbricação	Cooptativa	Constitutiva
Lócus de institucionalização	Organização	Campo ou sociedade
Dinâmica Organizacional	Mudança	Persistência
Base para a crítica do utilitarismo	Teoria do lucro agregado	Teoria da Ação
Evidências para a crítica ao utilitarismo	Conseqüências não antecipadas	Atividade não reflexiva
Formas-chaves de cognição	Valores, normas, atitudes	Classificações, rotinas, papéis, esquemas
Psicologia social	Teoria da socialização	Teoria da atribuição
Bases cognitivas da ordem	Comprometimento	Hábito, ação prática
Objetivos	Deslocamentos	Ambíguos
Agenda	Relevância política	Disciplinar

QUADRO 1 - O NOVO E O VELHO INSTITUCIONALISMO

Fonte: DiMaggio e Powell (1991, p. 158).

Segundo Meyer, Scott e Strang (1987) na teoria neoinstitucional existem dois tipos centrais de isomorfismo: o competitivo e o institucional. Segundo Rossetto e Rossetto (2005, p.6), o conceito geral de isomorfismo institucional é assumido como “um conjunto de restrições que forçam uma unidade de uma população a parecer-se com outras unidades que se colocam em um mesmo conjunto de condições ambientais”.

Hannan e Freeman (1977) definem o isomorfismo competitivo assumindo que este fenômeno está relacionado a um sistema de racionalidade, mais apropriado para segmentos onde se pode observar a competição livre e aberta.

A mudança institucional isomórfica, segundo DiMaggio e Powell (1983) ocorre a partir de três formas centrais: 1) isomorfismo coercivo; 2) isomorfismo mimético e, 3) isomorfismo normativo.

Em primeiro lugar, estão as forças coercitivas do ambiente. O mecanismo isomórfico coercitivo decorre de influências políticas e da questão da legitimidade e é exercido com maior força pelo Estado onde as regulamentações figuram como principal exemplo.

No contexto coercitivo do isomorfismo, segundo Meyer, Scott e Strang (1987) é percebida a imposição por parte do Estado quanto a procedimentos considerados impositivos pela força ou pela autoridade legítima que dita normas comuns a todos. O Estado detém o uso legítimo da força e por esse motivo observa-se historicamente que há menos resistências por parte daqueles que cumprem tais normas.

Pfeffer e Salancik (1978) notam que nos ambientes politicamente construídos os tomadores de decisões freqüentemente não experimentam diretamente suas ações porque as decisões são aplicadas por intermédio de conselhos para toda a organização tornando tais decisões menos flexíveis. Se tais decisões fossem executadas pelos tomadores de decisões a resistência tenderia a ser freqüentemente maior.

O isomorfismo normativo resulta da profissionalização – em especial pela influência da educação superior e do conhecimento produzido por especialistas

universitários. Os autores DiMaggio e Powell (1991) interpretam a profissionalização como a luta coletiva dos membros de uma ocupação para definir condições, métodos de seus trabalhos e estabelecer uma base cognitiva e legitimada para sua autonomia ocupacional.

Um exemplo de pressão para formação de processo isomórfico mimético é apresentado por Fennell (1987) quando afirmou que hospitais constituem sistemas de mercado com alta assimetria informacional porque os pacientes não têm alto grau de informações a respeito de outros hospitais, seus profissionais ou sobre os preços praticados. Na verdade quem acompanha este desempenho são os médicos e administradores porque eles sim têm interesse em prestar serviços para os hospitais. Desta forma atrair médico e não paciente é o desafio para os hospitais porque, com os médicos, virão seus pacientes:

[...] os hospitais operam segundo uma norma de legitimação social que geralmente entra em conflito com as considerações de mercado sobre eficiência e racionalidade dos sistemas. Aparentemente os hospitais podem aumentar sua gama de serviços não porque haja uma real necessidade de determinado serviço ou equipamento por parte da população de pacientes, mas porque eles somente serão considerados aceitáveis se puderem oferecer tudo o que oferecem os outros hospitais da área.

Após sua internalização e conseqüente habituação, estas respostas organizacionais objetivam-se como soluções desejáveis ou impostas e tendem ao processo de sedimentação, embora possam não lograr êxito em sua caminhada rumo à consolidação. (FENNELL, 1987, p. 505).

Novamente DiMaggio e Powell (2005, p. 82) afirmaram que “[...] prestígio e recursos organizacionais são elementos-chave para atrair profissionais”:

[...] as categorias profissionais estão sujeitas às mesmas pressões coercitivas e miméticas a que estão as organizações. [...] as categorias profissionais que mais crescem são aquelas que estão ligadas ao desempenho das atividades organizacionais, entre estes particularmente gerentes, e os profissionais especializados de grandes organizações (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 80).

Nos processos de isomorfismo normativo, afirmam March e Olsen (2008) que algumas carreiras são tão cuidadosamente preparadas e cuidadas que tanto os

novos profissionais como os indivíduos que alcançam o topo dessa carreira são praticamente indistinguíveis em seu processo de formação porque seus currículos propositalmente são quase semelhantes.

March e March (1977) em suas pesquisas sobre o neoinstitucionalismo demonstraram a forte tendência para o conservadorismo relativo a algumas carreiras, como no caso de *Wisconsin*, onde os profissionais que ocuparam a posição de superintendente tinham experiências anteriores e orientações muitíssimo parecidas.

Hirsch e Whisler (1982, apud DIMAGGIO; POWELL, 1991) demonstraram em pesquisa realizada sobre empresas inseridas nas publicações da revista internacional *Fortune 500* que há muita semelhança quanto aos aspectos de formação acadêmica, especializações e experiências profissionais daqueles gestores que ocuparam os maiores cargos da maioria das grandes organizações.

Segundo March e Olsen (2008, p. 131) quanto à construção de uma decisão em ambiente institucionalizado:

[...] a fonte primordial do desafio institucionalista é empírica. Os observadores dos processos de tomada de decisão discernem com regularidade características difíceis de serem relacionadas com uma concepção de escolha coletiva orientada para o resultado. A satisfação está freqüentemente no processo. Os participantes potenciais parecem importar-se com o direito de participação tanto quanto com o fato da participação; os participantes recordam-se das características do processo mais fácil e vividamente do que de seus resultados; argumentos acalorados conduzem a decisões sem que haja preocupações sobre sua implementação; informações relevantes para uma decisão são solicitadas, mas não são consideradas; a autoridade é exigida, mas não é exercida.

No caso das empresas brasileiras o isomorfismo no que se refere aos resultados de processos pós-implantados observa-se a tendência para a formação do processo mimético, como por exemplo no segmento de internet, comentado por Motta e Vasconcelos (2006, p.167):

Ainda com base na conquista pelo domínio dos seres humanos e, conseqüentemente, luta pelo poder, as organizações brasileiras buscam nos mecanismos isomórficos respaldo para a adoção de determinadas estratégias que possibilitem a conquista pela liderança e legitimação em seu segmento. Pesquisas demonstram que determinados setores tendem, no Brasil, para o mimetismo como mecanismo preponderante em relação aos demais.

Estudos atuais sobre o tema neoinstitucionalismo propostos por Scott (2008) apresentam uma visão onde a teoria institucional é complementada a partir de uma interface com os princípios da teoria neofuncionalista, apresentando o construto denominado NIS – Neoinstitucionalismo Sociológico:

- (1) buscando explicar o comportamento irracional das empresas e;
- (2) é uma teoria mais aplicável em contextos “altamente simbólicos”, nos quais a eficiência técnica não é imperativa;
- (3) [...], ou ainda, segundo o mesmo autor, o NIS oferece contribuições importantes ao cenário dos estudos relativos ao neoinstitucionalismo quando propõe o descortinamento e o entendimento de como se relacionam as dimensões técnica e simbólica no cenário do ambiente organizacional e seus atores (SCOTT apud KIRSCHBAUM E CRUBELLATE 2009, p. 108).

Este exercício de interface do neoinstitucionalismo com outras vertentes científicas propostas por Scott (2008) parece a autores como Kirschbaum e Crubellate (2009) uma proposta, embora ousada, inaceitável por não oferecer um limite dialético necessário entre as teorias e suas contribuições no entendimento das dinâmicas organizacionais e seus atores. Admite-se a comunicação entre tais teorias, mas não a interface plena e comunicação entre as muitas vertentes sociológicas, políticas, econômicas entre outras.

Para finalizar cita-se uma reflexão de Motta e Vasconcelos (2006, p. 395) sobre a institucionalização de práticas sociais em ambientes organizacionais e a postura dos gestores:

[...] em que medida administrar não se tornou, nos dias de hoje, o ato de lançar ou seguir novas modas, reformatando-se e vestindo-se com novas roupagens ferramentas, modelos e soluções antigos, para criar e recriar incessantemente a ilusão do novo?

2.3 A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A QUESTÃO NEOINSTITUCIONAL EM AMBIENTES CORPORATIVOS

Neste capítulo, discute-se a prática da adoção de Programas de Gestão Socioambiental (PGSA) em ambientes corporativos institucionalizados. Gestão socioambiental é um tema de relevância mundial. Essa preocupação é corroborada por estudiosos que afirmam que o meio ambiente está prejudicado pelo uso inadequado que o homem faz dos recursos naturais disponíveis no planeta (ALVES, 2001).

Segundo Schroeder e Schroeder (2004, p. 4) as empresas se firmaram como o meio mais eficiente e eficaz para a obtenção de uma sociedade estável. Mas, com o passar do tempo o mercado que inicialmente foi concebido como “grande fonte de melhoria da condição humana” demonstrou que essa pretensão de possibilitar a melhoria da condição humana não se materializou segundo a opinião destes mesmos autores.

Quando a questão socioambiental ainda não era conhecida com tal nomenclatura, Von Linné, na Suécia, e G. White, na Inglaterra, alertavam para o fato de que um dos atributos da ciência moderna seria a promoção da ruptura entre o homem e a natureza. Enfatizavam também que para o homem a natureza significava um recurso a ser controlado e utilizado de acordo com seus interesses econômicos (HERCULANO, 2002).

Os movimentos sociais realizados em torno do tema ecologia historicamente trabalharam em desvantagem quanto aos processos de destruição do meio ambiente. De acordo com Portilho (2002) os movimentos ecológicos só assumiram uma postura organizada e estruturada a partir da década de 1950. Só então o tema passou a ser discutido interdisciplinarmente:

No decorrer dos anos 60-70, a ecologia, ciência praticamente monopolizada pelos naturalistas e biólogos, é apropriada pelos geógrafos, sociólogos, economistas, arquitetos e urbanistas que a aplicam ao ecodesenvolvimento [...]. Por sua vez, os gestores, os agentes de desenvolvimento, os financistas e os políticos aprofundam o questionamento. Alguns dentre eles conservam, todavia a perspectiva ecológica e orientam-se no sentido da ecodécisão [...] (DANSEREAU, 1999, p. 299-300).

Nas décadas de 80 e 90, o setor econômico adotou posições mais claras sobre esse assunto principalmente porque começou a sofrer fortes pressões realizadas pela sociedade e pela mídia cobrando um maior envolvimento das empresas com as questões sociais e ambientais dentro do princípio do “desenvolvimento sustentável”. Estas pressões geraram para as indústrias que causavam maior impacto ao meio ambiente regulamentações que trouxeram como obrigações a execução de ações de preservação e a minimização do impacto ambiental (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2000).

Nesta pesquisa um conceito geral reúne os programas de responsabilidade social e de qualidade isto porque alguns segmentos como no caso do comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo unificam estas práticas. Corroborando estas experiências de unificação de conceitos pesquisadores que adotaram a reunião de práticas similares em determinado estudo para ampliar a amostra pesquisada quanto à atuação social e ambiental das organizações, cita-se a experiência dos autores Nossa e Carvalho (2003, p.3):

Muitos estudos de natureza empírica têm mostrado como vem se comportando a evidenciação de informações de caráter ambiental. Geralmente, o assunto *disclosure* ambiental é tratado em conjunto com o *disclosure* social. A maioria dessas pesquisas utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para coleta e avaliação dos dados.

Na busca por soluções macrossociais governos realizam protocolos mundiais a fim de discutir soluções para o enfrentamento de circunstâncias como o aumento da poluição ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável com vistas à garantia de qualidade de vida para as gerações atual e futura embora o consenso

sobre estas propostas esteja em processo de construção (INSTITUTO ETHOS, 2010).

Exemplos destes encontros internacionais foi a Rodada de Negociações de *DOHA* – promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) visando diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo. Recebeu essa denominação porque a primeira aconteceu em *Doha*, capital do *Qatar* e a COP15 - Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas. Um dos dilemas enfrentados nestas rodadas de negociações é o fato de que as empresas muitas vezes têm dificuldades em conciliar as duas responsabilidades: lucro e social e esta dinâmica interfere também nos impostos arrecadados pelo Governo (ASHLEY; CARDOSO, 2002).

Há importantes esforços intentados pela sociedade civil organizada e empresas que adotaram iniciativas para a conscientização e minimização das questões socioambientais, como no caso das Metas do Milênio, que têm como objetivo contribuir voluntariamente para a melhoria da qualidade de vida no planeta com especial atenção aos seres humanos em situação de maior vulnerabilidade social, aspectos ambientais e saúde populacional, entre outros temas relevantes (ARNOLD; FORREST; DUJAK, 1999).

Ressalta-se, porém, que nem todas as empresas no contexto mundial estão obrigadas ou participam da implantação de ações de gestão socioambiental.

A sociedade humana evoluiu pelas organizações. As formas de organização se multiplicaram intensamente desde as mais remotas origens da sociedade. Pode-se associar ao fato humano a organização, ou seja, a humanidade é uma forma de organização, dos grupos mais primários às mais sofisticadas sociedades da atualidade. A organização venceu a fragilidade do homem diante da natureza hostil, proporcionando-lhe os meios para enfrentar a disputa pela vida em ambientes de grande competitividade (VERGARA; VIEIRA, 2005, p. 109).

Percebe-se que a perspectiva otimista é predominante na visão crítica do discurso organizacional, mas na prática a responsabilidade social corporativa ainda é menor do que as falas institucionais sobre o assunto (RAHAMAN; LAWRENCE; ROPER, 2004).

Em se tratando da visão corporativa Carrigan e Attalla (2001) defendem a perspectiva de que a maioria das empresas não foram devidamente estruturadas ou não estão preparadas para a função do desenvolvimento de projetos de responsabilidade socioambiental. Ainda segundo esses autores obstáculos como a dificuldade de decidir qual interesse socioambiental deve ser priorizado ou quem deverá administrar os conflitos naturais desse processo junto aos parceiros são questões recorrentes para as organizações quando não estão preparadas para lidar com a questão socioambiental.

Segundo Machado Filho e Zylbersztajn (2004, p. 243):

[...] de acordo com o *Business for Social Responsibility* (BSR 2001), não existe uma definição unicamente aceita para a expressão responsabilidade social corporativa, mas, de forma ampla, ela refere-se a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo meio ambiente. O *Business for Social Responsibility* sustenta que o conceito de empresa socialmente responsável aplicar-se-á àquela que atue no ambiente de negócios de forma que atinja ou exceda as expectativas éticas, legais e comerciais do ambiente social no qual a empresa se insere.

O conceito de empresa socialmente responsável não é consenso entre pesquisadores. Para Ferrel, Fraedrich e Ferrel (2001) empresa socialmente responsável é aquela que busca uma relação de equilíbrio quanto ao impacto de suas ações e o impacto que seus produtos e serviços geram para o planeta e a sociedade. As organizações visam alcançar à maximização dos efeitos positivos e à minimização dos efeitos negativos sobre a sociedade, considerando as dimensões

legais, econômicas, filantrópicas e éticas do exercício de sua atividade fim (INSTITUTO ETHOS, 2010).

No Brasil estudos realizados por Peixoto (2004) mostraram que há consumidores que estão dispostos a pagar mais por produtos que sejam oriundos de empresas que demonstrem um trabalho eficiente no desenvolvimento da responsabilidade socioambiental até mesmo por causa da sobrevivência do planeta e dos seres que nele habitam. E diante das variáveis cultura e diversidade Sen e Bhattacharya (2001) afirmam que os consumidores do novo milênio têm uma visão muito mais exigente em relação à postura das organizações.

Na visão de Fombrun (2000) para se analisar o tema responsabilidade social corporativa é necessário que variáveis como oportunidades e minimização de riscos sejam avaliadas conforme se pode visualizar no Quadro 2.

Stakeholder envolvido	Oportunidades (ganhos de reputação)	Minimização de riscos
Comunidade	Criação de legitimidade	Minimizar risco de má aceitação/conflitos
Mídia	Cobertura favorável	Minimizar risco de cobertura desfavorável
Ativistas	-	Minimizar risco de boicote
Investidores	Geração de valor	Minimizar risco de fuga de investidores
Funcionários	Aumento do comprometimento	Minimizar risco de comportamento
Consumidores	Fidelização	Minimizar risco de má aceitação/desentendimentos
Agentes reguladores	Ação legal favorável	Minimizar risco de ação legal
Parceiros comerciais	Colaboração	Minimizar risco de defecção

QUADRO 2 - RSC E PARCEIROS INTERESSADOS

Fonte: Machado Filho e Zylbersztajn (2004, p. 246) adaptado de Fombrun (2000).

Há organizações que se antecipam aos processos regulatórios relativos às obrigações das empresas em relação à preservação ambiental. Esta antecipação é conhecida como auto-regulação.

A auto-regulação também se estende à empresas agindo por sua própria iniciativa e interessadas no desempenho de seus próprios negócios. Nesse sentido, empresas industriais adotam posturas proativas em relação ao meio ambiente mediante a incorporação dos fatores ambientais nas metas, políticas e estratégias da empresa, considerando os riscos e os impactos ambientais não só de seus processos produtivos, mas também de seus produtos (SANCHES, 2000, p. 78-79).

Quanto às questões regulatórias e a obrigatoriedade de iniciativas de preservação ambiental por parte das organizações, no caso brasileiro, a partir dos anos 70 e 80 aprofundaram-se as discussões sobre a necessidade da adoção de normas legais para regulamentar, prevenir e punir intervenções humanas danosas à natureza além da necessidade de fomentar ações que recuperem os danos ambientais historicamente causados ao meio ambiente por parte das indústrias, empresas e homens em sua busca por lucros (BRASIL, 2010).

Em se tratando de atos regulatórios, os órgãos oficiais brasileiros se dedicam com veemência à fiscalização das empresas que causam grandes impactos ambientais e aos casos de irregularidades e infrações tais como desmatamento, poluição de rios, proteção de reservas, poluição, entre outros aspectos de maior relevância e visibilidade. Há constantes iniciativas como campanhas que incentivam a produção ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável – princípios da sustentabilidade são objetivos dos órgãos de controle ambiental por órgãos públicos em suas instâncias municipal, estadual e federal (BRASIL, 2010).

Mas é preciso considerar uma realidade: práticas socioambientais representam muitas vezes custos em detrimento de lucros e o discurso de que é possível aumentar a lucratividade das empresas que adotam gestão de práticas

socioambientais não se comprova cientificamente. Oliveira (2005) analisando as informações publicadas em informações de caráter socioambiental das 500 maiores empresas brasileiras verificou a hipótese de que empresas que possuem gestão socioambiental teriam lucratividade acima das metas planejadas ou acima do previsto em relação aos resultados daquelas empresas que não adotam tais programas e constatou que a hipótese não é verdadeira.

Corroborando estes resultados, também os pesquisadores Nossa, Cezar e Nossa (2008, p. 10) comentam os resultados de pesquisas científicas que comprovam a inexistência de relação entre o alcance de resultados considerados superiores (lucro além do esperado) em análise de empresas que adotam práticas socioambientais em relação à outras empresas que não adotam tais práticas:

[...] a aplicação de dados em painel, mostram que o retorno anormal das empresas não está sujeito a influência de indicadores sociais internos, externos das empresas e indicador de investimento ambiental das empresas consideradas neste estudo. Assim, verificou-se que o retorno anormal não está relacionado com os indicadores sociais internos e externos e indicadores ambientais. Diante dos resultados encontrados e limitado à amostra analisada, rejeita-se a hipótese de que existe relação entre o retorno anormal das empresas e as variáveis de performance social que compõem a amostra.

Estudiosos buscam estruturar taxonomias diferenciadas que compreendam variáveis múltiplas demonstrando em suas análises hipóteses quantitativas ou circunstâncias qualitativas para explicar a curto, médio ou longo prazos que o investimento em atitudes socioambientais por parte das organizações poderá representar ganhos, de acordo com o ponto de vista fixado para análise da adoção destas práticas. As taxonomias que compreendam medidas de *performance* financeira estão entre as principais tendências para demonstração do retorno que o investidor poderá ter com a implantação desta estratégia empresarial. A idéia básica de retorno ao investidor é descrita por Cochran e Wood (1984).

A idéia básica do retorno do investidor é que retornos podem ser mensurados a partir da perspectiva dos acionistas. O primeiro estudo a empregar retorno ao investidor como uma medida de performance financeira foram aquelas de Moskowitz (1972) e Vance (1975). Em ambos os estudos, mudanças no preço por ação foram usadas como o índice de retorno do investidor. Como a maioria de estudos subseqüentes tem notado, esta mensuração é claramente falha. A mudança de preços por ação é somente um elemento do retorno do investidor. Ganhos de dividendos é outro, e deve ser incluído em qualquer medida de lucros de investidor (COCHRAN; WOOD; 1984, p.45, tradução livre).

Quanto ao desempenho financeiro da organização, a adoção de práticas socioambientais representa prejuízos para a organização. Por esse motivo alguns autores defendem que as empresas podem colaborar com a preservação ambiental, mas salientam que há outras estratégias e caminhos viáveis e mais eficientes, além de menos onerosos para a adoção de medidas socioambientais entre estas o apoio a iniciativas sociais desenvolvidas por instituições especializadas do Terceiro Setor como Instituto Natura, Fundação Vale, Fundação ArcelorMittal, entre outras que dedicam parte de seu patrimônio a questões socioambientais (MANAGI et al, 2002, apud VEIGA, 2007).

Outros autores como Claro et al (2008) afirmaram que a adoção de práticas socioambientais tornou-se uma tendência em termos de aumento dos lucros da organização quando se realiza uma análise qualitativa de ganhos como, por exemplo, a possibilidade de interface com outros mercados.

Países como Alemanha e Canadá incentivam empresas instaladas em seu território para a adoção voluntária de iniciativas voltadas para a proteção ambiental. Essas normas muitas vezes se traduzem em selos, rótulos, certificações e são exigências estabelecidas por exportadores que escolhem seus fornecedores a partir dessas marcas de qualidade ambiental que representam garantia de qualidade e sustentabilidade. Exemplos disso são os rótulos: *Blue Angel*, da Alemanha, o

Ecomarck, do Japão, o *Green Seal*, nos Estados Unidos, o *Nordic Swan*, nos países escandinavos, o *Ecolabel* da União Européia, entre outros (KOHLRAUSCH, 2003).

Schoroeder e Schoroeder (2004) afirmam que é desejável que as decisões sobre a adoção de projetos de responsabilidade socioambiental sejam fruto de uma análise que privilegie a melhor alocação de recursos considerando também as questões qualitativas e quantitativas desta estratégia.

Do ponto de vista da questão institucional emergem os princípios do monitoramento e da teorização para que cada estágio do processo de institucionalização seja conhecido e avaliado pelo segmento observando inclusive se esta tendência será transformada em um comportamento continuado ou mais um dos modismos que não tem bases bem construídas e solidificadas para sustentar um processo de continuidade (TOLBERT; ZUCKER, 1997).

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a abordagem das estratégias eleitas no decorrer da pesquisa, o desenvolvimento de cada etapa do processo de evidenciação do tema problematizado, o segmento pesquisado, o perfil dos entrevistados para a coleta de dados, o processo de tratamento e análise das informações e as conclusões deste trabalho.

O objetivo deste estudo foi conhecer a fase de institucionalização - habituação, objetivação ou sedimentação do processo de institucionalização da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo.

3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Segundo Minayo, Gomes e Gomes (2009, p. 13) na pesquisa social existe uma identidade entre sujeito e objeto:

A pesquisa nesta área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou de qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos.

Minayo, Gomes e Gomes (2009, p. 14) também advertem que “[...] é preciso afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante”. As Ciências Sociais, possuem instrumentos e teorias que possibilitam fazer uma aproximação que permite conhecer os fenômenos e seus reflexos, mesmo sendo uma aproximação imperfeita, pois não se pode alegar a completa fidelidade das informações colhidas sobre a complexidade da existência dos seres humanos em sociedade.

A partir da escolha do objeto desta pesquisa adotou-se a linha de pesquisa qualitativa. Segundo Minayo, Gomes e Gomes (2009, p. 21) a pesquisa qualitativa “[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa privilegia não o aspecto quantitativo, mas focaliza “[...] o universo dos significados, motivos, aspirações, valores e das atitudes”.

Preservou-se o cuidado sugerido por Creswell (2007) quanto à postura que deve ser assumida durante o processo de coleta de dados onde o pesquisador deverá estar aberto a novos posicionamentos e até redirecionamentos que podem surgir a partir da ocorrência de novos fatos, fazendo com que outras propostas e metodologias científicas que possam melhor contribuir para a elucidação de informações supervenientes sejam adotadas para o desenvolvimento da pesquisa.

3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A partir do objetivo de pesquisa, examinou-se a ocorrência e fases da institucionalização da gestão socioambiental e a ocorrência de mecanismos que produzam isomorfismos coercitivo, mimético e normativo, oriundos das pressões atuantes sobre a decisão de adoção de programas socioambientais no segmento de despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo, com base nos conceitos oferecidos por DiMaggio e Powell (1983, 1991, 2005) e Tolbert e Zucker (1997).

Os empresários se prontificaram a contribuir com o projeto de pesquisa demonstrando também interesse em conhecer a influência da questão institucional quanto a adoção de práticas socioambientais além do interesse que demonstraram pelo tema neoinstitucionalismo que pela maioria dos entrevistados era desconhecido.

A escolha do caso da gestão socioambiental nesse segmento se deu pelo fato de que embora as empresas recebam pressões do mercado, da mídia ou de alguns de seus clientes, não há nenhuma obrigatoriedade legal, nem mesmo incentivo direto ou expresso do Sindicato deste segmento para a adoção desta prática, embora se observe sua ocorrência.

Foram convidados em Assembléia do Sindicato todos os despachantes aduaneiros do Estado do Espírito Santo - Sindaees que desejassem participar da pesquisa. Das empresas convidadas sete manifestaram interesse em participar. Do total de organizações convidadas, sete se disponibilizaram a participar da pesquisa, sendo que 4 (quatro) têm programas de gestão socioambiental implantados e outras 3 (três) não adotaram programas de gestão socioambiental.

Nestas sete instituições foram ouvidas 22 (vinte e duas) pessoas que atuam no setor há pelo menos dois anos e um entrevistado está no setor há mais de um ano. Este recorte temporal foi um consenso entre entrevistadora e entrevistados visando preservar um prazo mínimo considerado necessário para formação de opinião sobre a questão problematizada nesta pesquisa.

Todos os entrevistados permaneceram sem identificação e foi adotada uma dinâmica que resultou na aplicação de um número para cada empresa e entrevistado para diferenciá-los dos demais.

Esta mesma proposta de diferenciação numérica para a manutenção da privacidade também foi utilizada para colaboradores, gerentes e diretores ou presidentes que não foram identificados individualmente.

O Quadro 3 apresenta o número de empresas participantes e suas opções quanto à adoção ou não da estratégia gerencial de práticas socioambientais.

Empresas	Associadas aos Sindaees	Possuem programa de gestão socioambiental	Não possuem e não pretendem implantar programa de gestão socioambiental
1	x	x	
2	x		x
3	x		x
4	x	x	
5	x	x	
6	x		x
7	x	x	

QUADRO 3 - EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Fonte: Dados referentes ao número de empresas que participaram da pesquisas, conforme levantamento realizado pela pesquisadora (2010).

3.3 TÉCNICAS E DELIMITAÇÕES DA COLETA DE DADOS

A partir do referencial teórico construído, escolheu-se como objeto desta pesquisa a compreensão de circunstâncias que envolvem os gestores e seus processos decisórios ao enfrentarem o impasse entre ceder ou oferecer resistência às pressões recebidas do mercado, sociedade, governo e de seu próprio segmento para a habituação, objetivação e sedimentação do processo de institucionalização da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental no segmento de comercio exterior – despacho aduaneiro do Estado do Espírito Santo.

Em função do objeto escolheu-se a pesquisa qualitativa para evidenciação da questão problematizada no campo de pesquisa.

Como estratégia de pesquisa adota-se o estudo múltiplo de casos, de natureza descritivo-analítica (YIN, 2003; TRIVINÕS, 1992). Esta estratégia oferece

uma visão ampliada das evidências quando permite lidar com uma variedade de informações e uma multiplicidade de dimensões (YIN, 2003; TRIVINÓS, 1992).

O processo de coleta de dados foi realizado com a utilização de fontes primárias e secundárias (BAUER; GASKELL, 2002) ressaltando como fonte primária a entrevista pessoal e individual e como fontes secundárias a observação participante e a análise de documentos.

Para a coleta de dados a pesquisa utilizou três bases, entre estas, entrevistas individuais, observação assistemática e análise de documentos, sendo que as fontes secundárias foram utilizadas para a triangulação de informações objetivando corroborar informações e percepções resultantes do processo de entrevistas.

Segundo Triviños (1992) a escolha da entrevista utilizando roteiro semi-estruturado permite oferecer ao entrevistado maior possibilidade de interface entre os temas propostos bem como possibilita ao entrevistador aproximar-se do entrevistado visando construir um cenário de credibilidade entre as partes permitindo o aprofundamento de aspectos que são considerados relevantes para o contexto do tema pesquisado.

A pesquisa documental foi realizada em todas as instituições que disponibilizaram os seguintes documentos: (1) cópia de reuniões de assembléia do sindicato da categoria; (2) uma instituição produz relatório de atividades sociais; (3) todas disponibilizarem balanço patrimonial.

Quanto às entrevistas os roteiros elaborados obedeceram ao critério da semi-estruturação e foram construídos em duas versões para o atendimento às diferentes funções desenvolvidas pelos entrevistados no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro no estado do Espírito Santo, a saber: (APÊNDICE A):

1) aspectos relacionados ao histórico profissional do entrevistado na organização e quanto tempo de atuação tem nessa empresa e nesse segmento; 2) quais foram os marcos referenciais que influenciaram o líder em sua decisão de adotar, ou não, um programa de gestão socioambiental na organização; 3) a existência ou não de uma diretriz do seu segmento de mercado ou do sindicato para a adoção de um programa de gestão socioambiental; 4) a existência ou não de sugestões oferecidas por clientes, financiadores, instituições bancárias, legislação ambiental ou outras vertentes para a adoção de programas de gestão socioambiental; 5) posicionamento do líder em relação ao tema; 6) a percepção dos entrevistados sobre as vantagens (benefícios) ou desvantagens da adoção de um programa de gestão socioambiental; 7) se há um programa de gestão ambiental, quais são as atribuições desse programa na organização; e 8) pontos fortes e frágeis desse programa de gestão socioambiental na opinião dos líderes; 9) se há programa de gestão socioambiental esta é uma prática internalizada pelos colaboradores da empresa?

O roteiro da entrevista semi-estruturado para os gestores e funcionários que atuam nos programas de gestão socioambiental (APÊNDICE B):

1) aspectos relacionados ao histórico profissional do entrevistado na organização e nesse segmento; 2) quais foram os marcos referenciais considerados fundamentais para a adoção ou não de um programa de gestão ambiental na organização onde atua e, caso não haja PGSA, qual é a opinião do entrevistado sobre a necessidade ou não da adoção desse tipo de programa; 3) a existência ou não de uma diretriz do seu segmento de mercado ou do próprio sindicato, para a adoção de um programa de gestão socioambiental; 4) segundo a percepção do líder/colaborador, qual é o interesse do segmento de mercado onde atuam ou de

clientes, financiadores, instituições bancárias, assim como, exigências legais para a adoção de programas de gestão socioambiental; 5) posicionamento do líder/funcionário em relação à adoção de programas de gestão socioambiental; 6) a percepção dos entrevistados sobre as vantagens (benefícios) ou desvantagens da adoção de um programa de gestão socioambiental; 7) se há um programa de gestão ambiental, quais são (seriam) as atribuições desse programa na organização; e 8) pontos fortes e frágeis do programa de gestão socioambiental na opinião dos líderes/gestores, caso exista esse programa implantado. 9) se há programas de gestão socioambiental até que ponto esta prática é internalizada (aceita) pelos colaboradores.

A pesquisa de campo teve como ações preliminares o encaminhamento do tema para avaliação e aprovação do Presidente do Sindicato (APÊNDICE C) bem como as sugestões de um dos dirigentes das organizações entrevistadas.

No momento da entrevista todos os informantes foram avisados sobre a garantia do anonimato tanto da organização quanto do entrevistado. Houve um diálogo inicial para ambientação das partes. Uma fala inicial sobre entrevista é considerada por Minayo, Gomes e Gomes (2009, p. 66) uma “[...] conversa de aquecimento que visa a quebrar o gelo, perceber se o possível entrevistado tem disponibilidade para dar informações e criar um clima o mais descontraído de conversa”.

De posse das informações colhidas em entrevista as anotações realizadas em observação assimétrica e dados colhidos em acesso aos documentos das instituições e do sindicato, iniciou-se a fase de análise dos dados.

3.4 O PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

Nesta fase foram reunidos e transcritos os dados relevantes das entrevistas e anotações resultantes de observação assistemática e análise de documentos. Após esse processo, seguindo as diretrizes propostas por Godoy (1995), realizou-se uma leitura flutuante sobre as informações para selecionar as informações que mais se aproximavam do objeto desta pesquisa.

A partir dessa leitura foram eleitos eixos estratégicos para a categorização das informações.

A terceira etapa, resumida no título, análise e tratamento do material empírico e documental, diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com as leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo (MINAYO; GOMES; GOMES, 2009, p. 26).

Na etapa de tratamento e interpretação dos dados coletados buscou-se interpretar os significados constantes nos dados coletados organizando-os a partir das categorias de análise que foram as seguintes: 1) das empresas participantes da pesquisa; 2) o neoinstitucionalismo e as práticas socioambientais no Segmento em estudo; 3) estágio de Institucionalização da adoção de práticas socioambientais no segmento de Despacho Aduaneiro /ES.

Para categorização dessas informações, trabalhou-se com a grade mista que gerou as categorias que foram modificadas a partir da revisitação aos fragmentos considerados significantes em seu contexto e relevantes para o tema desta pesquisa. Segundo Vergara (2010), há possibilidade de três tipos de grades, a saber: aberta, fechada e mista.

Para Bardin (1977, p. 42), o termo análise de conteúdo significa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das

mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda segundo Minayo, Gomes e Gomes (2009, p. 79), o foco da análise de dados na pesquisa qualitativa é, “[...] principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar”.

Os fragmentos de pesquisa em alguns momentos foram manipulados com o objetivo de eliminar qualquer tipo de identificação da Instituição ou dos entrevistados. Também, adotou-se um sistema de siglas para a organização dos fragmentos e citação daqueles considerados relevantes para análise do tema problematizado. Essas siglas correspondem aos líderes das organizações, do sindicato, gerentes da organização e dos programas de gestão socioambientais e os funcionários das organizações que participaram das entrevistas, conforme o esclarecem as siglas:

1) **LO**: para líderes da organização ou do sindicato: ocupando o cargo de presidente ou diretor executivo da instituição;

2) **GPSA**: para os gerentes que atuam nos programas de gestão socioambiental, bem como gerentes que atuam em organizações que não adotaram estas práticas;

3) **FPSA**: para os funcionários que atuam na execução e rotina dos programas de responsabilidade socioambiental, bem como funcionários que não atuam nestes programas, mas trabalham em organizações que adotaram estas práticas, assim como, funcionários de organizações que não adotaram estas práticas de gestão socioambiental.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Em relação ao método escolhido - estudo múltiplo de casos, ao ser aplicado, algumas limitações surgiram:

1. entende-se que as informações fornecidas pelos profissionais ouvidos, por terem aceitado participar das entrevistas, tenham um valor significativo para serem trabalhadas como verdades não-absolutas, porque não se pode afirmar que todos os declarantes mantiveram o compromisso de compartilhamento de todas as circunstâncias relevantes para o objeto desta pesquisa.
2. a omissão voluntária é sempre uma hipótese a ser considerada até mesmo pela falta de liberdade com esse método ou mesmo com o entrevistador e embora uma ambientação tenha sido providenciada em busca de um ambiente acolhedor para a coleta de dados (CRESWELL, 2007).

4 O SEGMENTO DE COMERCIO EXTERIOR – DESPACHO ADUANEIRO DO ES:

4.1 O SEGMENTO DE DESPACHO ADUANEIRO NO ES

Uma das principais fontes de informações sobre o segmento de despacho aduaneiro é o próprio sindicato da categoria no Estado do Espírito Santo. Segundo informações constantes no *site* oficial da Instituição, confirmadas em entrevistas realizadas na pesquisa de campo, o sindicato tem posicionamento marcante em seu segmento e funciona como ponto de apoio tanto para as pessoas físicas e jurídicas instaladas neste segmento e que atuam como despachantes aduaneiros. A atuação do Sindicato começou com a sigla Sindacees e foi fundado em fevereiro de 1991.

Para manter o associado informado sobre as constantes mudanças e acontecimentos na área de comércio exterior o Sindaees desenvolveu um projeto de comunicação e informação em Agosto de 2000: o jornal Informativo do Despachante Aduaneiro (Idea) e em Janeiro de 2001 a categoria ganhou sua própria homepage: o site www.sindaees.com.br. A Missão do Sindaees é “gerir as atividades sociais dos associados, visando promover, de forma tranqüila, por meio de treinamentos específicos em sua área de ação, a possibilidade de tornar sua atividade mais competitiva no mercado em que atuam” (SINDAEES, 2010).

O Ofício de despachar mercadorias, segundo a Receita Federal do Brasil (acesso em 20 abril de 2010) na importação corresponde ao “[...] procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação às mercadorias importadas, aos documentos apresentados e à legislação específica, com vistas ao seu desembaraço aduaneiro”.

O despacho aduaneiro de mercadorias na exportação é o procedimento fiscal mediante o qual se verifica a exatidão dos dados declarados pelo exportador em relação às mercadorias, aos documentos apresentados e à legislação específica, com vistas a seu desembaraço e a sua saída para o exterior. Segundo a Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (FEADUANEIROS, 2010), o ofício de Despachante Aduaneiro foi delimitado pela Convenção de *Kyoto*.

A principal função do Despachante Aduaneiro é a formulação da chamada Declaração Aduaneira, cujo conceito moderno foi delimitado pela Convenção de *Kyoto*, das Nações Unidas e absorvido pelas principais legislações aduaneiras do mundo. Os Despachantes Aduaneiros exercem atividades eminentemente de interesse público, conforme já reconhecido pela literatura existente sobre a profissão e mesmo pelas próprias autoridades aduaneiras nacionais e internacionais, tanto que esses profissionais mantêm vínculo operacional diário e intenso com os órgãos públicos que controlam os sistemas aduaneiros, com eles atuando *pari passu*.

[...] Atuam mediante inscrição prévia em Registros próprios das Superintendências Regionais da Secretaria da Receita Federal, após a comprovação de uma série de requisitos e permanência como ajudante de despachante aduaneiro por 2 (dois) anos, no mínimo, da data de sua inscrição.

O Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Estado do Espírito Santo (SINDIEX, 2010) publicou, em seu *site*, estatísticas sobre o desempenho do comércio exterior no ES ano de 2009 em relação ao período de 2008, observando que:

Sobre 2008, as exportações registraram retração de 21,8 %, pela média diária. As importações somaram US\$ 127,647 bilhões, queda de 25,3 %, pela média diária, sobre o mesmo período anterior. O superávit comercial encerrou o ano com US\$ 25,348 bilhões, valor 1,6 % acima do registrado em equivalente período anterior (US\$ 24,957 bilhões).

[...] A corrente de comércio alcançou US\$ 280,642 bilhões, representando retração de 24,3 %, pela média diária, sobre o mesmo período anterior, quando a corrente totalizou US\$ 370,927 bilhões.

[...] No acumulado janeiro-dezembro de 2009, os três grupos de produtos registraram queda em relação à igual período de 2008: manufaturados (-26,5%, para US\$ 67,349 bilhões), semimanufaturados (-23,4 %, para US\$ 20,500 bilhões) e básicos (-14,1 %, para US\$ 61,957 bilhões).

Em relação ao período de 2008, comparado com o período de 2009, quedas bruscas puderam ser observadas. Mas os resultados de 2009 em comparação aos

resultados de 2010 demonstram também que o ano de 2009 registrou um período de quedas bastante significativas para esse segmento de mercado que se recuperava da crise mundial financeira deflagrada em 2008. Essa crise influenciou os negócios entre países diante da forte retração da economia e da adoção de posicionamentos considerados conservadores no comércio exterior (BRASIL, 2010).

Segundo informações colhidas no *site* oficial do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Balança Comercial Brasileira, no exercício de dois mil e dez, registra comportamento que demonstra a retomada do crescimento dos negócios internacionais o que está permitindo o aumento do fluxo de negócios e a busca pelo equilíbrio das balanças comerciais em parâmetros mundiais. No caso específico da Balança Comercial Brasileira, informa o MDIC que:

A balança comercial brasileira registrou, no mês de maio de 2010, superávit (diferença positiva entre as exportações e as importações) de US\$ 3,443 bilhões. O valor do superávit é o maior verificado desde junho do ano passado (US\$ 4,604 bilhões).

Em maio, a média diária das exportações cresceu 40,7% em relação ao mesmo mês do ano passado (US\$ 599,2 milhões).

Já em relação a abril deste ano – quando a média diária das exportações brasileiras foi de US\$ 758,1 milhões – o aumento foi de 11,2%.

Exportações

Nos 102 dias úteis acumulados de janeiro a maio de 2010, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 72,093 bilhões, com média diária de US\$ 706,8 milhões, cifra 28,7% maior que a verificada no mesmo período de 2009 (US\$ 549,3 milhões).

Importações

As importações, no mesmo período, chegaram a US\$ 66,476 bilhões, com uma média diária de US\$ 651,7 milhões, valor 42,5% acima da registrada de janeiro a maio do ano passado (US\$ 457,2 milhões). (BRASIL, 2010).

A seguir, apresenta-se o perfil dos entrevistados que participaram das entrevistas realizadas nesta pesquisa.

4.2 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Ordem numérica	Organização	Entrevistado	Tempo aproximado em que a pessoa/profissional atua na empresa ou no segmento
1	1	LO A	acima de dez anos
2		GPSA A	acima de cinco anos
3		FPSA A.1	acima de 6 anos
4		FPSA A.2	acima de 10 anos
5	2	LO B	acima de 10 anos
6		GPSA B	acima de cinco anos
7		FPSA B.1	acima de 5 anos
8		FPSA B.2	acima de 2 anos
9	3	LO C	acima de 10 anos
10		GPSA C	acima de 5 anos
11		FPSA C.1	acima de dois anos
12		FPSA C.2	acima de 1 ano
13	4	LO D	acima de 3 anos
14		LO D.1	acima de 5 anos
15		FPSA D	acima de 5 anos
16	5	LO E	acima de 4 anos
17		GPSA E	acima de 5 anos
18		FPSA E.1	acima de 21 anos
29		FPSA E.2	acima de 2 anos
20	6	LO F.1	acima de 5 anos
21		LO F.2	acima de 5 anos
22	7	LO G.1	acima de 5 anos
23		LO G.2	acima de 5 anos
Total de entrevistados			23 pessoas entrevistadas

QUADRO 4 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Fonte: Dados de pesquisa (2010)

Dos entrevistados, sete são profissionais que começaram sua experiência profissional no segmento de comércio exterior. Os demais profissionais vieram de outros segmentos e trouxeram suas experiências para o exercício de suas funções no segmento de despacho aduaneiro.

Dentre os profissionais que vieram de outras áreas estão aqueles com formação em engenharia química, engenharia elétrica, advogado, administrador, contador, técnico em agropecuária e gerente de departamento de vendas de empresa de seguros.

Foram ouvidos entrevistados que atuam em organizações que implantaram ações de gestão socioambiental, bem como, organizações que não implantaram estas ações. À época da pesquisa, buscou-se entrevistar colaboradores com pelo menos um ano de atuação no segmento pesquisado conforme demonstrado no Quadro 4.

O tempo exato de atuação dos profissionais não foi informado para evitar possíveis identificações das organizações ou mesmo dos entrevistados. Quando os entrevistados foram abordados sobre o tema gestão socioambiental todos os entrevistados demonstraram algum conhecimento sobre o tema. Os entrevistados afirmam também que seu conhecimento sobre o assunto é superficial ou não satisfatório para que pudessem atuar em programas de gestão socioambiental. Outras referencias foram apresentadas e classificadas estatisticamente:

- Parte dos entrevistados, cerca de 71% (setenta e um por cento) ou 16 profissionais tem formação superior ou tecnológica. Dois profissionais têm formação básica e cinco profissionais estão cursando o ensino médio ou

deixaram o ensino médio antes da conclusão do curso e não pretendem aumentar sua escolaridade.

- Para cinco dos entrevistados, cerca de 22% (vinte dois por cento), esta estratégia representa uma importante fonte de ganhos para a organização por se tratar de uma tendência mundial em termos de sobrevivência do planeta, das empresas e consecutivamente dos negócios realizados por estas empresas.
- Outros doze profissionais entrevistados, cerca de 52% (cinquenta e dois por cento), admitem que os negócios estejam de alguma forma atrelados ao tema gestão socioambiental só não estão prontos ou convencidos de que já encontraram caminhos confiáveis ou seguros para transformar suas idéias ou propostas de atitudes socioambientais em negócios sustentáveis, entendendo a terminologia negócios sustentáveis como praticas que tragam resultados equilibrados para a empresa, a sociedade e o meio ambiente.
- Os demais entrevistados – seis pessoas, cerca de 26% (vinte e seis por cento), disseram que este tema ainda está distante de ser transformado em uma realidade para este segmento. Estas práticas, por enquanto devem ser de responsabilidade do Governo que tem estrutura, pessoal e dinheiro para o enfrentamento desta causa que é relevante para a sociedade.

As afirmações coletadas em entrevista demonstram a percepção dos entrevistados sobre o tema Gestão socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

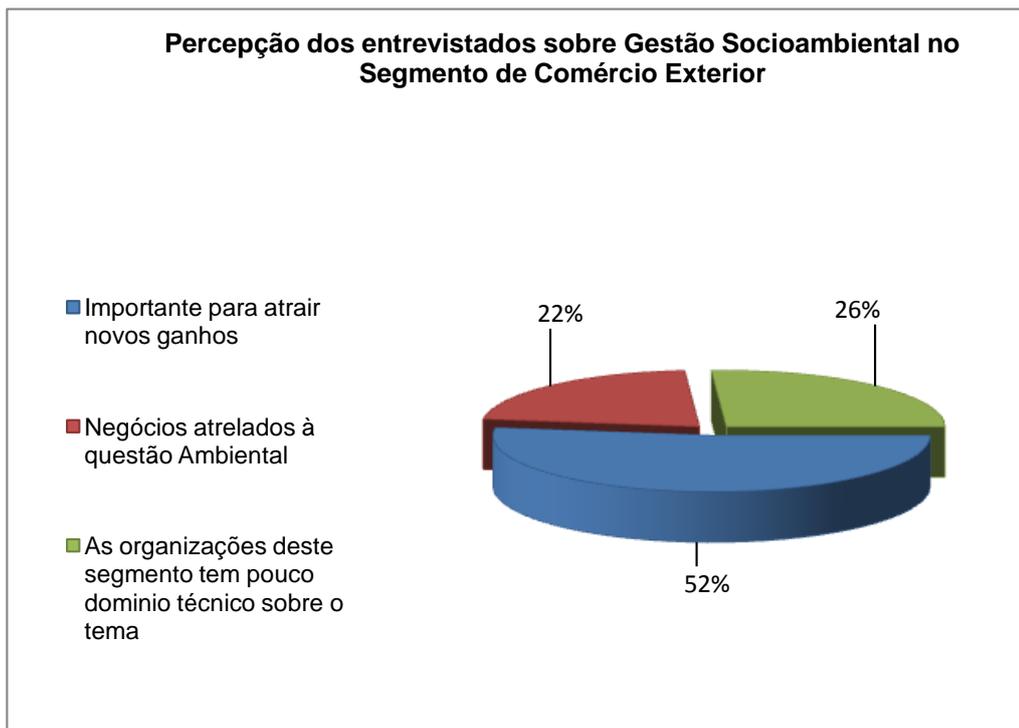


Figura 1: Percepção dos entrevistados sobre Gestão Socioambiental
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base nas informações construídas a partir do percurso teórico e o problematização referente ao objeto desta pesquisa - como os estágios da institucionalização se firmam ou não frente ao impasse vivenciado por empresários e organizações no exercício diário de ceder ou oferecer resistência às pressões recebidas pelo mercado, sociedade, governo e de seu próprio segmento para a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, articulou-se um esquema conceitual desta Dissertação para fins de facilitação, compreensão e exame das informações que norteiam este trabalho e orientam o processo de análise e conclusão desta pesquisa.

5.1 O ESQUEMA CONCEITUAL DA ANÁLISE DE DADOS

Assume-se, neste trabalho, que as dimensões macrossociais são relevantes no cenário da análise das influências do neoinstitucionalismo no processo de construção das decisões relacionadas a adoção de práticas socioambientais buscando conhecer se esta prática é uma questão que está em fase de habituação, objetivação ou sedimentação neste segmento e quais são os mecanismos que exercem pressões para o surgimento de um perfil isomórfico em torno da questão sobre a adoção ou não de práticas socioambientais no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo.

Para análise deste contexto, apresenta-se o resultado da técnica de triangulação de dados e categorização a partir dos três eixos principais resultantes do processo de análise descrito no próximo item da pesquisa.

5.2 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo foi o método escolhido para análise dos dados coletados, segundo Bardin (1977). Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, o desafio do pesquisador se volta para a verificação das informações significantes, muitas vezes demonstradas de forma intrínseca ou interpretativa, e podem ser corroboradas por outros indicadores como no caso de observação participante ou da análise de documentos para validação de importantes significados colhidos a partir das entrevistas.

Com base nos processos de coleta de dados, buscou-se investigar a influência da teoria institucional para evidencição das fases de institucionalização da adoção de gestão socioambiental no segmento de despacho aduaneiro e as pressões existentes para a formação de processos isomórficos.

Cada categoria construída a partir dos fragmentos das entrevistas, das anotações realizadas e pela observação e estudo de documentos está apresentada a seguir. Nessa sequência se consideram os fragmentos que ratificam a análise.

5.2.1 Das empresas participantes da Pesquisa

Quanto a forma de organização dos profissionais e empresas que atuam no segmento e comércio exterior do estado do Espírito Santo – despacho aduaneiro, dois são os perfis que se destacaram até a década de 70: profissionais autônomos e empresários. A desta década mudanças gradativas foram acontecendo e a partir do ano de dois mil e oito, este segmento demonstrou que o número de profissionais autônomos está diminuindo. A maior parte dos despachantes aduaneiros, cerca de

70% (setenta por cento) trabalham alocados em empresas - seja como proprietários ou colaboradores.

Os demais, 30% (trinta por cento), atuam como autônomos e não têm clientes fixos, ou seja, prestam serviços de acordo com as demandas independentes geradas a partir da rotina dos portos ou aeroportos. Mas ser autônomo oferece muita instabilidade remuneratória e só é vantagem se o despachante aduaneiro for muito conhecido pela excelência dos serviços que oferece a seus clientes, segundo informações dos entrevistados nesta pesquisa.

A pesquisa permitiu aferir que após a última crise financeira mundial, sentida mais fortemente por este segmento no Espírito Santo em 2008, um número expressivo de empresas de despacho aduaneiro fechou até porque os negócios tiveram brusca redução. As empresas que permaneceram, passaram por um processo de aumento de seu portfólio de serviços e hoje se dedicam a consultorias, processo de importação e exportação, assessoria especializada, entre outras propostas que visam tornar as empresas antes especializadas em despacho aduaneiro hoje, do ponto de vista dos empresários, mais competitivas.

A crise mundial financeira de 2008 quebrou muitos colegas (despachantes) que se continuassem trabalhando do mesmo jeito de antes, só oferecendo um tipo de serviço sem nenhum valor agregado para o cliente, corriam o risco de quebrarem também (GPSA - B);

Só os despachantes mais antigos ainda trabalham como autônomos, e, mesmo assim, muitos estão ligados a empresas para que possam oferecer mais credibilidade, principalmente para a conquista de novos clientes que ainda não conhece os despachantes autônomos (FPSA - C.2);

As pressões para formação de processos isomórficos restaram demonstradas pelos líderes das organizações quando admitem, em suas declarações, que lidam constantemente com pressões sofridas por parte de seus clientes, mercados internacionais ou por instituições financeiras em sua política fundapiana que sugere

ações de responsabilidade socioambiental para avaliação dos processos estruturados para análise e aprovação de recursos oferecidos.

Os entrevistados declararam que muitas vezes estas exigências, como no caso de ações socioambientais, não estão escritas em um código de normas ou de obrigações contratuais, mas são citadas e solicitadas nos projetos que são documentos necessários à avaliação e aprovação das propostas de financiamento e neste caso fazem parte do contexto informal do processo de negociação. “Somos pressionados a nos adequarmos a estas exigências que os nossos parceiros diretos ou indiretos sugerem como condições para a realização de negócios” (LO - A).

Eu acredito que esta questão da preservação ambiental e outras causas sociais vão entrar na rotina das empresas sem que a gente perceba ou ainda sem sentirmos um grande impacto porque na verdade nos já estamos informalmente envolvidos com estas questões. Basta olhar, por exemplo, as obrigações que temos quando contratamos certos recursos financeiros com o BANDES a partir das políticas fundapianas onde destinamos, obrigatoriamente, parte dos recursos a uma ação social e o BANDES não é o único que nos impõe, ainda que informalmente esta condição (LO – B).

Este fragmento da pesquisa encontra-se com as afirmações de Meyer e Rowan (1977) ao afirmarem que no processo de institucionalização de uma prática social os atores sociais aderem a determinadas estratégias provenientes de influências externas e que muitas vezes não fazem parte da realidade do campo organizacional onde as organizações atuam.

Como exemplo tem-se o caso de mudanças na legislação e o desenvolvimento de normas sociais que se institucionalizam dentro de uma rede social assumindo caráter de obrigatoriedade e permanência nas organizações. Nesse contexto, Meyer e Rowan (1977) descrevem que:

As organizações são levadas a incorporar praticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados de trabalho organizacional prevaletentes e institucionalizados na sociedade. Organizações que fazem isto aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das praticas e procedimentos adquiridos (MEYER; ROWAN, 1977, p. 340).

Segundo Chanlat (1996, p. 29) “[...] a sociologia nos mostra muito bem que são indivíduos através dos seus atos que constroem a própria realidade social”. Essa afirmativa não é diferente nesse segmento que vive uma evidente transição e conseqüentes mudanças em sua cultura.

Um fenômeno em especial é citado pelos entrevistados como um marco nas mudanças sentidas quanto ao perfil atual dos gestores das organizações que atuam no segmento de comércio exterior do Estado do Espírito Santo – o aumento da migração de profissionais de outras áreas a partir da crise financeira de 2008, atraindo profissionais como engenheiros, advogados, administradores, enfim, outras categorias profissionais trouxeram hábitos, crenças e valores diferentes que interferiram muito nos padrões de comportamento dos despachantes aduaneiros e estes hábitos hoje são comumente aceitos e interpretados como forma correta e desejável de agir.

A verdade é que nossa atuação cresceu muito nos últimos anos. Passamos de agentes administrativos para consultores de negócios e acompanhamos os processos do início ao fim, e temos interesse no pós-venda, porque tanto o importador como o exportador são, potencialmente, novos clientes para futuras operações. Mas uma coisa é fato: estas mudanças também são frutos trazidos pela migração de profissionais de outras áreas que trouxeram bons hábitos e boas idéias para o nosso segmento (FPSA – E.1);

Hoje temos uma visão mais ampla sobre nossa atuação (despachantes). No meu tempo bastava ter bons contatos e é claro, conhecer bem a legislação. Esse mercado passou a ser tão exigente como outros, e a tendência é que os bons profissionais continuem e cresçam, mas os acomodados tendem a perder espaço. Vejo que há espaço para que a experiência se coadune com as boas estratégias para trazer mais competitividade e redução de custos, além de possibilidade de aumento de lucros para as empresas de despacho aduaneiro (LO – F.2);

As organizações no século XXI enfrentam o desafio de pensar em suas decisões não só com foco no presente, mas, também, no futuro. As organizações tendem a uma atuação voltada para a cooperação global dentro e fora das organizações, privilegiando mecanismos de controle e gestão com uma governança

que considere ações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas como uma vertente contínua e integrada à rotina organizacional (ASHLEY; CARDOSO, 2002; SENGE et al., 2004).

5.2.2 O neoinstitucionalismo e as práticas socioambientais no segmento em estudo

Após breve reflexão os líderes e diretores entrevistados observaram que a prática de gestão socioambiental teve como principais influências as experiências que os diretores hoje atuantes no segmento de despacho aduaneiro, em seu processo de migração, trouxeram consigo e defenderam como sendo uma atitude importante para a sobrevivência das organizações no século XXI.

Outra influência descrita como relevante por parte dos líderes foi a tendência dos mercados importadores de produtos brasileiros, tais como os países da Europa, Ásia e Estados Unidos, que exigem o exercício da questão da gestão socioambiental em especial dos programas de qualidade. Segundo os entrevistados as pressões que governos e empresários fazem a respeito da necessidade de adoção de programas de qualidade ou selos de procedência de produtos originados de recursos naturais renováveis nem sempre são formalizadas, mas são demonstradas claramente como normas de inspeção desejáveis, e se não forem satisfeitas, impedem o fechamento do negócio (LO -3).

É preciso lembrar que quem deve cumprir estas normas são os importadores ou exportadores e não as empresas do segmento de despacho aduaneiro que tem como função a preparação do processo administrativo e burocrático do comércio exterior.

Alguns líderes empresariais que implantaram ações de gestão socioambiental neste segmento consideram que os resultados alcançados foram bons, outros ainda aguardam para ver quais serão os resultados e quem não implantou continua monitorando seu segmento para verificar se esta estratégia realmente trará resultados satisfatórios para seus pares ou se esta estratégia não se trata de mais um dos modismos relacionados a novas estratégias gerenciais.

No caso das organizações que não adotaram esta estratégia de gestão socioambiental os líderes afirmaram que suas empresas não estão preparadas para trabalhar nesta área, portanto, não devem se envolver com este assunto, afinal, uma boa parte dos impostos arrecadada por entes públicos é dedicada à contratação de servidores públicos selecionados e preparados, tais como engenheiros ambientais, biólogos, para lidar com esta área. Estas são evidências do estágio de objetivação das práticas socioambientais no segmento em questão.

Acho que quem implantou gestão socioambiental no nosso segmento de despacho aduaneiro do ES não sabe bem o que está fazendo e do meu ponto de vista não há nenhum resultado que eu considere relevante a ponto de me convencer a implantar aqui na nossa empresa. Acho que este é mais um dos modismos que aparecem e depois desaparecem como, por exemplo, a tal da reengenharia (LO C).

Aqui na empresa o nosso gerente veio de outra categoria profissional e pra ele a empresa que não estiver atrelada a questão socioambiental não terá futuro porque estas práticas são a maior chance de sobrevivência do planeta Terra. Então eu estou me convencendo de que estas práticas serão uma regra exigida também pelos clientes. Eu comprei a idéia (LO G.2).

Nós não entendemos quase nada sobre o tema gestão socioambiental. Não sei qual será nossa desenvoltura se adotássemos estas práticas. Penso que empresas dedicadas a esta área ou órgãos públicos que tem experiência e competência para lidar com esta área (GPSA C).

De acordo com Stevenson e Gumpert (1985) em determinadas circunstâncias dos arranjos institucionais certos atores estão em posição de constranger, e outros atores estrategicamente estão posicionados em condições de constrangidos. São essas posições que ocasionam as desigualdades das relações de poder, o que

parece determinístico, pois atores centrais podem ter suas ações mais limitadas e constrangidas do que os atores periféricos, reagindo mais do que criando novas situações.

É provável que algumas empresas do segmento de despacho aduaneiro aqui do estado do Espírito Santo não sintam a necessidade de implantar inovações como no caso da gestão socioambiental porque são pequenas ou não tem clientes que mantêm relações freqüentes com governos que exigem práticas socioambientais, ou programas de qualidade, enfim, seus clientes pressionam menos do que aquelas empresas de despacho aduaneiro que tem uma interface maior com clientes mais exigentes (FPSA A.1).

Neste cenário, observou-se também que as pressões sofridas por instituições financeiras, exigem ações socioambientais para o acesso a recursos especialmente disponíveis para este segmento, sociedade civil organizada entre outros, exercem influência constante no cenário do comércio de importação e exportação que constituiu o campo de pesquisa deste trabalho.

As organizações que adotaram estas práticas demonstram de forma indireta, percebida a partir de comentários sobre a motivação que os levou à adoção de ações socioambientais, que a decisão de adoção muitas vezes teve como motivação a necessidade de acesso a um recurso ou atendimento a clientes que informalmente sugerem a adoção de tais práticas evidenciando, portanto os mecanismos de pressão que sustentam a criação de um processo de isomorfismo normativo neste caso.

Tivemos contato com a gestão socioambiental de forma indireta. Na verdade alguns países com os quais ainda não trabalhávamos seja para importação ou exportação, tem leis que exigem certas referencias que fazem parte da realidade de fornecedores que rastreiam a cadeia produtiva de seus produtos para saber se não há mão de obra escrava, a procedência limpa de seus produtos, ou seja, manejo sustentável, preservação ambiental, produção limpa, e outros aspectos tais como o não uso de produtos químicos nocivos à saúde (LO D.1).

[...] não tivemos saída, ou adotávamos uma linha de atuação bem próxima da sustentabilidade, selos de qualidade, programas de gestão socioambiental ou não teríamos acesso a estes clientes. Assim tudo começou e hoje, temos a

convicção de que bons negócios estarão disponíveis para nós a partir do aumento de nosso conhecimento sobre o tema. Um bom exemplo de possíveis negócios é o mercado de crédito de carbono do Estado do Espírito Santo (LO F.1).

5.2.3 Estágio de Institucionalização da adoção de práticas socioambientais no segmento de Despacho Aduaneiro /ES

Afirmam Tolbert e Zucker (1997), a respeito de suas análises sobre os processos de institucionalização três etapas foram identificadas, a saber: habituação, objetivação e exterioridade.

Segundo Aguiar et al. (2005, p.6):

Zucker (1991) constatou que havia uma relação direta entre o grau de objetividade e exterioridade e o grau de institucionalização, de maneira que, aumentando-se o primeiro, aumenta-se o segundo; ao mesmo tempo, Zucker (1991) percebeu que o aumento nesse grau de institucionalização estava relacionado ao aumento da resistência a mudanças nas ações transmitidas, sendo alta também a sua permanência ao longo do tempo.

A interface entre a objetivação e a exteriorização, e sua intensidade, causam na medida em que o aumento de um fenômeno implica no aumento do outro criando condições favoráveis à existência do isomorfismo ou perfil homogêneo, segundo DiMaggio e Powell (2005).

Observa-se, porém que no segmento de despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo as organizações não institucionalizaram a adoção da gestão socioambiental.

A adoção de gestão socioambiental é uma proposta que não é criticada por nenhuma das instituições quanto ao seu resultado final porque não é considerada uma estratégia que tenha alcançado resultados insatisfatórios para o segmento embora muitos dos empresários ainda aguardem os resultados se seus pares para depois assumirem uma decisão. Este é um indício de que a prática socioambiental ainda não está objetivada no segmento pesquisado, embora encontre ambiente

favorável para progressão das fases de institucionalização. Para Tolbert e Zucker (1997), o processo de habituação:

envolve o desenvolvimento de certo grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura, e a crescente adoção pelas organizações com base nesse consenso, um caráter “[...] mais permanente e disseminado” (TOLBERT e ZUCKER, apud CLEGG; HARDY; NORD, 1999, p. 207).

Percebe-se que as pressões sofridas por parte de instituições financiadoras, clientes, governos internacionais e suas legislações quanto ao contexto da gestão socioambiental, sejam indícios de que as etapas de institucionalização possam progredir, gradativamente, para as demais fases do processo de institucionalização, a saber: objetivação e sedimentação (INSTITUTO ETHOS, 2010).

Segundo Aguiar et al. (2005, p.1) a respeito do processo de institucionalização, “fatores motivacionais possuem uma influência relativa superior aos fatores inibidores”. Na verdade os autores explicam em uma pesquisa realizada a partir das colaborações oferecidas por Tolbert e Zucker (1983) que quando há motivação positiva para a adoção de determinadas regras formais ou informais em ambiente organizacional o processo de pré-institucionalização se instala com maior facilidade e possibilidade de sedimentação.

Não se trata de ter alguma coisa contra a gestão socioambiental até porque nenhuma empresa hoje no mundo tem como se posicionar desta forma, pois as questões sociais e ambientais são relevantes para a sobrevivência do planeta e conseqüentemente das empresas também. A questão é mais ampla e no caso do segmento de despacho aduaneiro, como em outros segmentos, temos que analisar os possíveis ganhos que esta estratégia poderá nos oferecer (LO C).

Nossos clientes sempre promovem eventos em torno deste assunto, pois precisam mostrar para a população que sua produção respeita o meio ambiente. No caso de alguns clientes, diminuir o impacto que causam ao meio ambiente é lei, então nem escolha eles tem. Acredito que mais cedo ou mais tarde nós do segmento de despacho aduaneiro vamos ter que assumir uma postura mais clara sobre esta questão e quem sabe até vamos nos tornar mais atuantes nesta questão socioambiental (FPSA E.2).

Observou-se, durante as entrevistas, corroboradas por demonstrativos tais como relatórios de gestão e atas de reuniões, que o tema gestão socioambiental tem boa aceitação em relação ao segmento e que a cada dia mais os gestores cedem às pressões para instalação destas práticas gerenciais principalmente por força das pressões sofridas pelos diversos stakeholders: clientes internacionais, instituições financeiras, incentivo do estado, mídia entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este item trata das principais descobertas da pesquisa, com o objetivo de buscar respostas para evidenciar no campo de pesquisa como os estágios da institucionalização se firmam ou não frente ao impasse vivenciado por empresários e organizações no exercício diário de ceder ou oferecer resistência às pressões recebidas pelo mercado, sociedade, governo e de seu próprio segmento para a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e a formação de processos isomórficos miméticos, normativos e coercitivos. Para evidenciar este construto o campo de pesquisa foi o segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo por meio de estudo múltiplo de casos.

A seguir demonstram-se as questões que nortearam as conclusões e limitações apresentadas neste trabalho.

6.1 TEMAS INVESTIGADOS E PRINCIPAIS DESCOBERTAS

A pesquisa de campo buscou conhecer a fase de institucionalização da prática de gestão socioambiental no segmento de comércio exterior do estado do Espírito Santo – despacho aduaneiro para evidenciar:

1. O processo de institucionalização de práticas socioambientais neste segmento e qual é a fase em que se encontra este processo.
2. O estágio de institucionalização em que se encontra a prática de gestão socioambiental neste segmento.
3. Pressões existentes neste segmento para a formação de processos isomórficos miméticos, coercitivos ou normativos.

4. Tendência da evolução da decisão de adoção de práticas socioambientais no sentido da sedimentação e continuidade do processo de institucionalização desta estratégia gerencial neste segmento.
5. Motivações apresentadas pelas organizações que não aderiram à gestão socioambiental no segmento de despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo.
6. Identificar a tendência de progressão das fases de institucionalização relativas à gestão socioambiental neste segmento.

Como fruto desta análise, é possível afirmar que existe um ambiente muito propício à formação de um processo isomórfico em relação à adoção de práticas de gestão socioambientais neste segmento.

Este ambiente favorável é resultado de fortes pressões que atuam sobre as empresas deste segmento e seus líderes forçando a adoção de práticas socioambientais por meio da ação de parceiros interessados nestas práticas. Estes parceiros interessados, também denominados *stakeholders*, exigem tais práticas em processo de financiamento de recursos para o segmento em questão, como no caso dos financiamentos via Fundap, ou mesmo na apresentação de projetos para financiamento por organismos financeiros ou processos de importação ou exportação para países que exigem conhecer as práticas socioambientais de toda a cadeia produtiva, incluindo os administradores ou intermediários que atuam nos processos de negociação do produto inserido no mercado de comércio exterior.

O tema gestão socioambiental ainda não saiu da esfera de discussão de um grupo muito restrito nas empresas deste segmento e, portanto não atingiu a fase de historicidade, ou seja, ainda não é compartilhado entre outras empresas do mesmo segmento embora seja um tema conhecido por todos e que aos poucos ganha

notoriedade por causa do acesso a novos mercados, recursos e investimentos financeiros.

Com a afirmação de que a gestão socioambiental está em estágio de pré-institucionalização neste segmento também se evidenciou que há uma tendência ao fortalecimento e continuidade do processo de institucionalização destas práticas até mesmo pelos resultados internacionais alcançados pelos protocolos que constroem decisões em torno deste tema por medidas voluntárias tais como a criação de selos de proteção e prevenção ambiental, medidas de produção limpa e conceitos de sustentabilidade para acesso ao processo de comercialização internacional.

A exigência informal ou formalizada das práticas de gestão socioambiental é uma realidade constante para as empresas do segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro, até por causa dos recursos acessíveis para este mercado e das exigências realizadas por parte de parceiros como instituições financeiras, países importadores ou exportadores.

Uma constatação relevante se fez a partir da motivação que tiveram as empresas deste segmento para a implantação de práticas socioambientais. Todos os líderes e organizações entrevistados revelaram que a adoção destas práticas nasceu em função de uma motivação imediata e não de uma motivação para a continuidade destas ações socioambientais.

Esta preocupação fez com que algumas das empresas entrevistadas enfrentassem o desafio de conhecer melhor as práticas socioambientais para transformá-las em uma realidade viável para seu negócio. Estes processos estão em fase de monitoramento por seus pares e concorrentes. Em caso de bons resultados futuros alcançados, estes impulsionarão o processo de institucionalização destas práticas ao passo que resultados considerados não compensatórios, poderão

prejudicar ou causar a paralisação do processo de pré-institucionalização em questão.

6.2 LIMITAÇÕES, SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS E CONTRIBUIÇÕES

O foco dessa pesquisa se manteve em conhecer as fases de institucionalização das práticas socioambientais em ambientes organizacionais, portanto uma visão macrossocial dos processos conforme propõe a teoria neoinstitucional. Sugere-se estudos futuros sobre:

1. A perspectiva dos *stakeholders* e os resultados da implantação de sistemas de gestão socioambiental nas organizações que implantaram essa estratégia de negócios;
2. Quais foram os resultados voltados para negócios sustentáveis instalados a partir deste norte – implantação de gestão socioambiental nas organizações;

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. B. et al. Fatores determinantes no processo de institucionalização de uma metodologia de programação de orçamento implementada em uma unidade do SESC São Paulo. In: CONGRESSO USP DE CONROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos52005/169.pdf>>. Acesso em: 06 de set. 2010.

ALVES, I. C. **Metodologia para apuração e controle de custos da qualidade ambiental**. 2001. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2001.

ANDRADE, J. A.; MESQUITA, Z. A Certificação de produtos orgânicos e seu processo de institucionalização no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 27., 2003, Atibaia (SP). **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

ANDRADE, R. O. B; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ARGYRIS, C. The Executive mind and double-loop learning. **Organizational Dynamics**, v. 11, n. 2, p. 5-22, Autumm 1982.

ARNOLD, F. S.; FORREST, A. S.; DUJACK, S. R. **Environmental protection: is it bad for the economy?** Washington, D.C. (USA): Environmental Law Institute, 1999.

ASHLEY, P. A.; CARDOSO, J. G. A Responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: _____ (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANDES. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. **Fundap**. 2010. Disponível em: <www.bandesonline.com.br/?Pag_Nome.../fundap>. Acesso em: 27 jul. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W; GASKELL, G. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Documento base para programa brasileiro de rotulagem ambiental**. Brasília: MMA/SPDS, 2002. Disponível em: <www.sedam.ro.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sala de imprensa**: balança comercial. Brasília: MDIC 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sala-imprensa/>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

CARRIGAN, M.; ATTALLA, A. The Myth of the ethical consumer: do ethics matter in purchase behavior? **Journal of Consumer Marketing**, Chicago, v. 18, n. 7, p. 560-577, 2001. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/6763422/Ethical-Consumerism>>. Acesso em: 12 Dez. 2009.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. A Inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 28, 2004, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: _____; _____. (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Edufepe, 2003.

CESAR, J. F.; SILVA JUNIOR, A. **A Relação entre responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro**: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. 2007. Disponível em: <<https://www.furb.br>>. Acesso em: 28 jun. 2008.

CHANLAT, J. (Coord.). **O Indivíduo nas organizações**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, v.1, 1996.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P. I.; AMANCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./dez. 2008.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v.1, 1998.

_____. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, v.1, 1999.

COCHRAN, Philip L.; WOOD, Robert A. Corporate social responsibility and financial performance. **Academy of Management Journal**, v. 27, n.1, p. 42-56, mar. 1984.

COHEN, M.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage can theory of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007

CUNHA, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. Administrando o risco: uma teoria substantiva da adaptação estratégica de pequenas empresas a ambientes turbulentos e com forte influência governamental. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, p.157-179, 2004. Edição especial.

DANSEREAU, P. Uma Preparação ética para a mudança global. In: VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: ANPED, p. 299-300, 1999.

DIMAGGIO, P. J. ;POWELL, W. W. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-88, 2005.

_____. **The New institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 143-232.

_____. The Iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, apr. 1983. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 20 ago. 2009.

DURANT, W.; DURANT, A. **A História da civilização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FEADUANEIROS. Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros. Disponível em: <www.feaduaneiros.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2010.

FENNELL, M. L. The Effects of environmental characteristics on the structure of hospital clusters. **The Academy of Management Journal**, v. 30, n. 3, p. 456-476, sep.1987. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 31 mar. 2010.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J. ; FERRELL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FOMBRUN, Charles. Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputation risk. **Business and Society Review**, Malden, v. 105, n. 1, p. 85-106, 2000.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HALL, P.; TAYLOR, R. As Três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, Água Branca, n. 58, p. 193-224, 2003. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 21 mar. 2010.

HANNAN, M. T., FREEMAN, J. **The Population ecology of organizations**. American Journal of Sociology, v. 82, p.924-64, 1977.

HERCULANO, S. C. **Do Desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz**. 2002. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/numainforma/artigos/v5_n09_set_2003>. Acesso em: 19 abr. 2010.

HIRSCHMAN, A. O. **As Paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <www.ethos.org.br/publicações>. Acesso em: 20 Jan. 2010.

KIRSCHBAUM, C.; CRUBELLATE, J. M.; As Várias institucionalizações da teoria neoinstitucional. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 108-109, jan./mar. 2009.

KIRSCHBAUM, C.; PORTO, E. C.; FERREIRA, F. C. M. Ensino e pesquisa em administração: neoinstitucionalismo na produção acadêmica em administração, **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 3, n. 1, art. 12, jan./jun 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

KOHLRAUSCH, A. K. **A Rotulagem ambiental no auxílio à formação de consumidores conscientes**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 09 jul. 2009.

KUNIYOSHI, M. S. **Institucionalização da gestão do conhecimento**: um estudo das práticas gerenciais e suas contribuições para o poder de competição das empresas do setor elétrico-eletrônico. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP), São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde.../AlexFerraesiTese.pdf>. Acesso em: 16 set. 2010.

MACHADO FILHO, C. A. P.; ZYLBERSZTAJN, D. Empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 242-254, jul./set. 2004

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Mudanças e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. (Orgs.). **Administração contemporânea**: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCH, J. C.; MARCH, J. G. Almost random careers: the wisconsin school superintendency 1940-72. **Administrative Science Quarterly**, v. 72, n. 22, p. 378-409, 1977. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 18 de mar. 2009.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Neoinstitucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista Sociologia Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 02 jan. 2010.

MAYO, E. The Human problems of an industrial civilization. In: OLSON, R. et al. What we teach students about the Hawthorne studies: a review of content within a sample of introductory I-O and O B textbooks. **Society for Industrial & Organizational Psychology**. Disponível em: <<http://www.siop.org/tip/backissues/Jan%2004/05olson.aspx>>. Acesso em: 09 out. 2009.

MELO, K. V. A.; OLIVEIRA, R. R. Mestrados profissionais: origens, processos de institucionalização e tendências atuais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 27., 2003, Atibaia (SP). **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 18 mar. 2009.

MEYER, J. W.; SCOTT, W. R.; STRANG, D. Centralization, fragmentation and school district complexity. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, p. 186-201, 1987. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 18 mar. 2009.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MISOCZKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

NOSSA, V.; CARVALHO, L. N. G. Uma Análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 27., 2003, Atibaia (SP). **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

NOSSA, V.; CEZAR, J.F.; NOSSA, S.N. A Relação Entre O Retorno Anormal e a Responsabilidade Social e Ambiental: Um Estudo Empírico na Bovespa no Período de 1999 A 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 32., 2008, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, J.A.P. Uma Avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **Revista Administração de Empresas (RAE)**, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jun. 2005.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F. Discursos e a construção do real: um estudo do processo de formação e institucionalização do campo da biotecnologia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 29., 2005, Brasília (DF). **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A Construção do “real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 51-71, jul./set. 2006.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. **The External control of organizations: a resource dependence perspective**. New York: Harper & Row, 1978.

PEIXOTO, M. C. **Responsabilidade social e impacto no comportamento do consumidor**: estudo de caso da indústria de refrigerantes. 2004. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.dbd.puc-rio.br/periodicos/periodicos.php>. Acesso em: 10 mar. 2010.

PORTILHO, F. **Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania**: possibilidades de diálogo? 2002. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2009.

PRATES, A. A. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). **Novas perspectivas na administração de empresas**: uma coletânea lusobrasileira. São Paulo: Iglu, 2000.

RAHAMAN, A. S.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalised legitimacy or legitimization crisis? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15; n. 1, p. 57-93, Jan. 2004. Disponível em: <<http://198.81.200.2/science/journal/10452354>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. Nosso futuro comum. **Revista Integração**, FGV, Rio de Janeiro, set. 2008. Disponível em: <integracao.fgvsp.br/download/cadernos/tese1.doc> Acesso em: 10 fev. 2010.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **Revista de Administração de Empresas (RAE) eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2005 Disponível em: <www.rae.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2009.

SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 32-34, abr. 2002. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 29 fev. 2010.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 76-87, 2000. EAESP/FGV.

SEDES. Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo . Disponível em <<http://www.sedes.es.gov.br/default.asp?arq=fundap>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Comportamento organizacional: responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 3, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2004.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**: ideas and interests. London: Sage publications, 2008.

_____. **Social network analysis**: a handbook. 2. ed. London: Sage Publications, 2000.

SELZNICK, Philip. **A Liderança na administração**: uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

_____. Institutionalism “old” and “new”. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, jun. 1996. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 27 mar. 2010.

SEN, S.; BHATTACHARYA, C. B. Does doing good always lead to doing better? Consumer reactions to corporate social responsibility. **Journal of Marketing Research**, v. 38, n. 2, p. 225-243, may 2001.

SENGE, P. M. et al. **Presence**: human purpose and the field of the future. Cambridge: The Society for Organizational Learning, 2004. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/texto102.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

SINDIEX. Sindicato do Comércio de Importação e Exportação do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <www.sindiex.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2010.

SINDAAES. Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <www.sindaees.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2010.

STEVENSON, H.; GUMPERT, D. The Heart of entrepreneurship. **Harvard Business Review**, v. 63, n. 2, mar./apr. 1985. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 27 jun. 2009.

TAYLOR, F. **Principles of scientific management**. New York: Harper & Row, 1911. Disponível em: <<http://www.andrew.virtualltown.biz/pages/grad/mc76/media/taylorarticle.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. **Administrative Science Quarterly**, 28, 22-39, 1983.

_____. The Institutionalization of institutional theory. In: **The Handbook of organizational studies**. New York: Sage Publications, 1997.

_____. A Institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R. et al. **Handbook de estudos organizacionais: modelos e novas questões em estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 196-219.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

VEIGA, M. M. Eficiência econômica e ambiental da Convenção da Basiléia. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v. 42, n. 2, p.128-140, abr./jun. 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 9, n. 2, abr./jun. 2005.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Edufepe, 2003.

WRONG, D. The Oversocialized conception of man in modern sociology. **American Sociological Review**, v. 26, p.184-93, oct. 1961.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZUCKER, L. G. (ed.). **Institutional patterns and organizations: culture and environments**. Cambridge: Ballinger Pub. Co., 1988.

ZUCKER, L. G. The Role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (eds.). **The New institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 83-107. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 17 maio 2009.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas para os líderes das organizações

1. ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA OS ENTREVISTADOS LÍDERES OU DIRETORES DAS ORGANIZAÇÕES QUE ADOTAM OU NÃO PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS.

1. Aspectos relacionados ao histórico profissional do entrevistado na organização;
2. Quais foram os marcos referenciais considerados importantes que influenciaram o líder em sua decisão de adotar, ou não, um programa de gestão ambiental na organização;
3. A existência ou não de uma diretriz, do seu segmento de mercado, para a adoção de um programa de gestão socioambiental;
4. A existência ou não de sugestões oferecidas por clientes, financiadores, instituições bancárias, legislação ambiental ou outras vertentes para a adoção de programas de gestão socioambiental;
5. Posicionamento do líder em relação ao tema;
6. A percepção dos entrevistados sobre as vantagens (benefícios) ou desvantagens da adoção de um programa de gestão socioambiental;
7. Se há um programa de gestão ambiental, quais são as atribuições deste programa na organização;
8. Pontos fortes e frágeis na opinião dos líderes.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para os gestores e funcionários das organizações.

1. ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA OS ENTREVISTADOS QUE GERENCIAM OU ATUAM EM PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAIS E DEMAIS FUNCIONARIOS QUE ATUAM NA ORGANIZAÇÃO QUE ADOTA OU NÃO ESTAS PRÁTICAS.

1. Aspectos relacionados ao histórico profissional do entrevistado na organização;
2. Quais foram os marcos referenciais considerados fundamentais para a adoção, ou não de um programa de gestão socioambiental na organização;
 - a. Caso não haja PGSA, você acha que a organização deveria ter este tipo de programa?
 - b. Por quê? – comente sua resposta;
3. A existência ou não de uma diretriz, do seu segmento de mercado, para a adoção de um programa de gestão socioambiental;
4. Segundo a percepção do líder/colaborador, qual é o interesse do segmento de mercado no qual atuam ou de clientes, financiadores, instituições bancárias, assim como exigências legais para implantação de legislação ambiental ou outras vertentes para a adoção de programas de gestão socioambiental.
5. Posicionamento do líder/funcionário em relação à adoção de programas de gestão socioambiental.
6. A percepção dos entrevistados sobre as vantagens (benefícios) ou desvantagens da adoção de um programa de gestão socioambiental.
7. Se existisse um programa de gestão ambiental, quais seriam as atribuições deste programa na organização.
8. Pontos fortes e frágeis do programa socioambiental na opinião dos líderes/gestores. Caso não exista o programa, em sua opinião esta estratégia seria útil à organização? Comente sua opinião.

APÊNDICE C – Solicitação de acesso para a pesquisa

Vitória ES, 04 de março de 2010

Ao Sr.

A.B.

Ref.: Pesquisa acadêmica para elaboração de dissertação de mestrado

Prezado Senhor,

Informo que Helliene Soares Carvalho – Lia Carvalho, é aluna do Curso de Mestrado Acadêmico da **FUCAPE** – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças e encontra-se em processo de desenvolvimento do projeto de sua Dissertação de Mestrado.

A pesquisa a ser desenvolvida pela aluna refere-se ao seguinte tema: **NEOINSTITUCIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NAS ORGANIZAÇÕES: Estudo de caso no segmento de comércio exterior.**

Eu, **Professor Dr. Valcemiro Nossa**, na qualidade de orientador da pesquisa, venho por meio desta, solicitar a sua fundamental colaboração no sentido de permitir que este Sindicato e suas organizações sirvam de laboratório para a execução do estudo de caso com a cessão dos dados necessários para a pesquisa.

Em anexo, informamos as principais características da pesquisa, explicitando seu objetivo, fundamentação teórica, perspectiva metodológica e as motivações para a sua realização.

Conforme antes assegurado informalmente, não serão divulgados os nomes ou indícios que levem à identificação das empresas ou colaboradores que participaram das entrevistas, com exceção do nome e informações sobre o Sindicato.

Informamos desde já que se resguarda o direito do Sindaees de analisar a versão final do relatório de pesquisa com vistas a conhecer os resultados da pesquisa para posterior divulgação nos meios científicos.

Certos de sua valiosa contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa agradecemos.

Atenciosamente,

Valcemiro Nossa
Orientador da Dissertação

Helliene Soares Carvalho
Aluno Pesquisador

ANEXO D - CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as circunstâncias que envolvem os gestores e seus processos decisórios ao enfrentarem o impasse entre ceder ou oferecer resistência às pressões recebidas do mercado, sociedade, governo e de seu próprio segmento para a habituação, objetivação e sedimentação do processo de institucionalização da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do estado do Espírito Santo.

Logo a pesquisa sobre o tema neoinstitucionalismo e sua influência na adoção de práticas de gestão de responsabilidade socioambiental justifica-se pela possibilidade de contribuir com a ampliação da discussão científica sobre o tema neoinstitucionalismo e sua influência sobre a adoção de programas de gestão socioambiental no segmento de comércio exterior – despacho aduaneiro do Estado do Espírito Santo.

Trata-se de uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas, observação assistemática e análise de documentos, atas de reuniões, planejamento estratégico das organizações e entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais do corpo diretivo, técnico, profissionais que atuam no desenvolvimento e planejamento do programa de gestão sócio ambiental e outras empresas do mesmo segmento – despacho aduaneiro que não implantaram esta proposta de gestão sócio-ambiental, assim como beneficiados pelos programas de gestão da responsabilidade socioambiental.

O tema problematizado é relevante para o crescimento e desenvolvimento de empresas em seu segmento principalmente porque as decisões assumidas por gestores que têm papel importante no direcionamento das estratégias que buscam assegurar a legitimação e sobrevivência destas organizações em seu segmento de mercado.